

SESSÕES DO PLENÁRIO

124ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 03 de dezembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão.

(Leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Maria Luiza, comunicando sua ausência da sessão no dia 29/10/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Rogério Andrade, comunicando sua ausência das sessões nos dias 15 e 24/10/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Conselheiro Zilton Rocha, dando conhecimento da Moção de Pesar pelo falecimento da historiadora e professora Consuelo Novais Sampaio, membro da Academia de

Letras da Bahia.

Do Presidente da Câmara Municipal de Xique-Xique, Vereador Esermilson Rocha, dando conhecimento do Decreto Legislativo de autoria do Vereador Edson Cosmo da Silva, que concede o Título de Cidadão Xiquexiquense ao Deputado Marcelo Nilo.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados que requerem, (lê) *“com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 20.503/2013, Projeto de Lei nº 20.505/2013 e o Projeto de Lei nº 20.435/2013.”*

Defiro o requerimento.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr^a Presidente, Sr^a Deputada Fátima Nunes, queridas taquígrafas, Imprensa, ouvintes da *TV Assembleia*, ouvintes das Galerias Paulo Jackson, é um prazer estar hoje aqui, na véspera de um feriado tão significativo, embora não seja em nível nacional ou municipal.

Para mim e para aqueles que são devotos de Santa Bárbara, sem dúvida alguma, amanhã é um dia muito importante, um dia em que sabemos que as graças e as bençãos são derramadas sobre nós que acreditamos em nosso Deus e acreditamos em Santa Bárbara, aquela que debela os trovões, as tempestades, aquela que sofreu muito até chegar a ser santa. Com suas bençãos, pedimos paz, tranquilidade para o nosso Estado, para a nossa região. Estou pedindo muito para que debele um pouco a violência no nosso município, pois está muito grande. Sei que é no Estado, no País, mas temos de, inclusive, pedir que aos poderes públicos, que invistam mais na segurança, procurem ver uma maneira de como podemos conscientizar nossos irmãos, principalmente os jovens, para que evitem as drogas. Ai, meu Deus do Céu! Sabemos que o cigarro é uma droga, o álcool é uma droga, mas, infelizmente, a cocaína, o *crack* ainda não foram liberados, e os jovens, às vezes, até querem experimentar para ver como será a reação, mas quando começam, não terminam. Ficamos muito preocupados porque toda a violência, não tenho dúvida, Sr^a Presidenta Fátima Nunes, que a violência gerada em nosso País, em nosso Estado e região é, sem dúvida alguma, em razão do *crack*, essa droga que está tirando a vida de muita gente. Muitas vezes, a pessoa se envolve sem saber do perigo que é a droga.

Sem dúvida alguma, a droga é um crime porque torna a pessoa violenta, fora de si, e quem compra a droga e não paga, perde a vida. E a gente tem pena.

Eu invoco, a cada dia que passa, os poderes públicos. Sabemos que o nosso governador está fazendo muito, que o nosso secretário de Segurança, Dr. Maurício, tem se empenhado muito, que a comunidade da nossa região também, mas vemos,

que é preciso criar um meio de educar, de pegar essas pessoas que se drogam, que estão contaminadas e colocá-las num ambiente em que elas possam ser instruídas, tratadas e cuidadas.

Lembro-me que tínhamos uma secretária, coitadinha, que vivia preocupadíssima com o filho que não deixava nada dela em casa, vendia tudo e acabava tudo. Ela ficou sem nada!

Peço a sua tolerância, Sr^a Presidente, no sentido de me permitir usar a palavra por mais alguns instantes, já que apenas a deputada Luiza Maia me sucederá daqui a pouco.

O que foi feito? Ela, preocupadíssima, me pediu socorro. Um dia nós pegamos ele, que já estava sem usar a droga, e o aconselhamos. Eu perguntei a ele: “Você não quer ir para um local em que possa se tratar, se cuidar dessa droga que está usando?” Ele disse: “Eu não tenho condições, mas, se a senhora me ajudar, eu vou.” Deputada Fátima Nunes, eu mandei esse rapaz para São Paulo. A minha assistente social o levou de avião para São Paulo. Eu pagava R\$ 3.000,00 por mês. Essa pessoa veio de lá curado, deputada, V.Ex^a não pode imaginar o tamanho da lição. Ele procurou trabalhar... Deu muito trabalho para curá-lo! A assistente social se comunicava com a equipe de São Paulo que estava tratando dele. Deu trabalho, mas ele voltou, procurou um emprego, começou a trabalhar e se conscientizou de que precisava repor todas as coisas que ele havia pegado de sua mãe. Um exemplo! Hoje, esse rapaz aconselha as pessoas a se tratarem, diz que não pode ser assim.

Acredito que os poder públicos tem de procurar um local bem amplo para colocar as pessoas que comprovadamente usam drogas. Nesse lugar poderia haver também cursos profissionalizantes, além dos cuidados médicos, psicológicos, neurológicos e sociais, para cuidar dessa parcela da comunidade do nosso Estado. Os pais estão sofrendo, e não vemos uma solução. A cada dia, ouvimos dizer: “matou fulano, morreu fulano.”. Às vezes, as balas perdidas acabam com a vida de pessoas que não tem nada a ver com os crimes, com as drogas.

Muito obrigada, Sr^a Presidente, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr^a Presidente, Sr. Deputado, registro o meu repúdio, a minha tristeza em ver esta Casa tão vazia e em falar apenas para o companheiro e ilustre deputado, professor Zé Raimundo, pessoa por quem eu tenho o maior respeito e a maior consideração e que é um espelho para a nossa Bancada nesta Casa. Realmente, é uma tristeza, não é? Mas a minha tristeza já está registrada.

Quero, Sr^a Presidente, chamar a atenção desta Casa, inclusive da Oposição, que critica tanto as propagandas do nosso governo do Estado, mas deveria olhar também um pouco para as propagandas do município, – não é nem sobre as propagandas que quero falar – para a questão das baianas. Acho que não pode ser dessa forma. Se querem ordenar as praias, se há o envolvimento do governo federal... Vimos que

aqueles barraqueiros sofreram, há 1 ou 2 anos, quando uma medida estúpida, grosseira os retirou da praia. Pessoas que trabalharam naqueles locais durante 20, 30 anos. Elas passaram dificuldades para sobreviver. Hoje, quero chamar a atenção para que seja dada – antes de tomarem medidas drásticas que impeçam as baianas de venderem seus produtos para ganharem o sustento de sua família – uma alternativa para elas.

Não defendo a desordem nem a ocupação de áreas públicas, mas a ordem deve ser estabelecida olhando cada caso, porque é realmente muito preocupante o que temos lido na imprensa.

Sr^a Presidente, quero mais uma vez fazer um apelo a esta Casa para que nos ajude, deputada Maria Luiza Laudano, que é do município de Pojuca. Estava agendada uma reunião, na quinta-feira, com o vice-governador e secretário Otto Alencar, mas esse encontro foi suspenso porque o chefe da Concessionária Bahia Norte não poderia estar presente. Não dá para os moradores município de Pojuca continuarem sofrendo o desrespeito e a discriminação dessa concessionária.

Não tenho dúvida de que o secretário de Infraestrutura, o vice-governador Otto Alencar, achará uma saída para esse caso. Mas queremos celeridade, porque a comunidade de Pojuca está no limite. V.Ex^a sabe que a ideia é radicalizar mais. Tenho conversado com os meus amigos, com o vereador Nenê, no sentido de unirmos forças para realmente acalmar os ânimos da população e dos dirigentes. Eles estão por um triz querendo radicalizar, ir além da queima de pneus na pista, que é uma manifestação antiecológica. Os moradores chegaram ao limite, porque foram várias as tentativas – e V.Ex^a tem conhecimento – para que a Bahia Norte atendesse as solicitações daquela comunidade. Mas nada, nada foi feito, e continua aquela cobrança absurda. O povo de Pojuca, além de pagar, não recebe nada, porque toda a arrecadação do imposto vai para Mata de São João, município vizinho.

O Sr. Rosemberg Pinto:- E a Linha Viva, deputada?

A Sr^a LUIZA MAIA:- A Linha Viva é outra história.

Aproveito a chegada do Líder da nossa Bancada para voltar a insistir na votação da PEC do voto aberto. Não consigo entender porque esta Casa tem essa posição em relação ao voto aberto. Acompanhamos em cada canto, em cada manifestação a sociedade cobrando a transparência deste Poder. Mas o que digo não é ouvido. Jurei que toda vez que subisse a esta tribuna falaria não só da PEC do voto aberto... É uma voz pregando no deserto, vamos dizer assim.

Também jurei, deputado Rosemberg Pinto, que cobraria dos responsáveis a votação ou a entrada na pauta, principalmente nas sessões de terça-feira, dos projetos dos deputados. Eu nunca vi uma distorção, uma aberração tão grande como acontece nesta Casa. Em outras instâncias do Poder Legislativo, os projetos dos deputados tramitam normalmente, chegam à pauta das sessões para serem discutidos e votados, com aprovação ou não. Nesta Casa os nossos projetos ficam engavetados e ninguém sabe onde estão.

Isso é uma aberração! E quero registrar mais uma vez o meu repúdio, o meu protesto e pedir que não só a deputada Luiza Maia, mas que todos os deputados se

movimentem no sentido de trazer para o Plenário os nossos projetos. É um desgaste, um desrespeito, uma desmoralização do segundo – que deveria ser o primeiro – Poder do Estado. Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Nobre presidenta Maria Luiza Laudano, nobres deputados, imprensa, pessoal técnico-administrativo desta Casa, os que nos ouvem e nos veem pela *TV Assembleia*, gostaria, Sr^a Presidenta, de deixar aqui registrada a minha alegria pela comemoração de mais um aniversário de Mortugaba, realizado no último dia 30. Quero deixar um abraço para o meu amigo Heráclito e para Edileusa. Nas pessoas deles, quero cumprimentar a todos os amigos do Partido dos Trabalhadores de Mortugaba e a todo seu povo.

Quero, presidenta, deixar registrado, como fará também o nosso Líder Rosemberg, o meu sentimento de perda e solidariedade pelo falecimento do grande companheiro Marcelo Déda, governador do Estado de Sergipe, que nos deixa aos 53 anos de idade, depois de uma vida extraordinária dedicada ao povo daquele Estado e ao povo brasileiro. Ele nasceu em Simão Dias, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Sergipe, foi dirigente da UNE, aluno do ex-ministro Ayres Britto. Sem dúvida, quem o conheceu sabe que estávamos diante de um dos melhores e mais preparados quadros do Partido dos Trabalhadores.

Tive o privilégio de conhecer Marcelo Déda em 2007, naquela greve dos professores universitários, aqui na Bahia, em um acampamento que fizemos em frente à Governadoria. Na época, eu era dirigente da Adusb e, por uma circunstância, parte do movimento deflagrou aquela greve, e o acampamento ficou conhecido como Marajáia Mãe. Ali Marcelo Déda esteve pela primeira vez com os amigos desse movimento, junto com Djalma Bom. A partir dali, acompanhamos a crescente projeção dessa personalidade. Ele tinha parentes aqui na Bahia, inclusive em Vitória da Conquista temos a família Déda, sua prima é professora de Biologia da nossa universidade.

Marcelo seria, talvez, um dos grandes quadros do nosso partido para a presidência da República do Brasil. Quem o conheceu, quem o ouviu sabe que ele era um extraordinário orador, conhecedor da história política deste País, conhecedor dos grandes fenômenos sociais do Brasil e, sobretudo, uma senhora, extraordinária capacidade de liderança, que exerceu durante muitos anos no nosso partido em âmbito nacional. Em Sergipe, uma extraordinária liderança, e ganhou o respeito de todos os companheiros do partido, mesmo daqueles que não eram diretamente ligados à sua corrente, mas que viam em Déda um grande quadro, um grande dirigente político nacional.

Tive, também, o privilégio de participar de alguns seminários, em Aracaju, quando prefeito de Vitória da Conquista, entre as suas secretárias e secretários, companheiros e companheiras aqui da Bahia. Lá tivemos a oportunidade de trocar

experiências e de debater as políticas públicas. Por isso, é com muito pesar que deixo registrada a minha consideração, o meu sentimento de pesar pela passagem do grande companheiro. Quero dizer que, como petista, estarei ao lado de todos aqueles que reconhecem em Déda uma vida dedicada ao povo brasileiro e que farão de tudo para que esse projeto continue sendo um projeto reconhecido pelo povo brasileiro.

Era esta a minha intervenção, Sr^a Presidenta, nesta tarde de terça-feira em que estou vendo aqui a presença de muitos colegas que estiveram em Aracaju ontem, naquela solenidade, naquela reunião de tantos petistas, com a presença do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma, demonstrando sentimento à família de Déda.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr^a Presidenta, Srs. Deputados, imprensa presente, quero, neste momento, reiterar as palavras do nosso companheiro, deputado Zé Raimundo, nessa moção de pesar e de solidariedade ao nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, ao povo do Nordeste e da Bahia, ao povo sergipano que, lamentavelmente, perdeu um grande homem, um companheiro, um líder, um pai de família e uma pessoa de um coração sensível, batalhador e transformador da realidade nordestina.

Quero, também, parabenizar o deputado Marcelo Nilo, presidente desta Casa, que ontem, numa atitude de muita solidariedade e cortesia, convidou-nos e fomos em comitiva, com o nosso Líder Rosemberg Pinto, a quem também parabenizo pela atenção. E tivemos a oportunidade de estar presentes ontem, à noite, naquele momento de solidariedade, fraternidade e sentimento daquela família e de tantas famílias.

Costumamos dizer, no ditado popular, que sentimos quando a pessoa é do bem, faz o bem, ama a sua pessoa exatamente no momento em que parte para outro plano. Nós, que somos da Igreja Católica, dizemos que vai para a vida eterna, mas cada um tem sua compreensão.

Pudemos perceber quanto aquele cidadão, Marcelo Déda, era querido por aquela população presente pelas palavras do presidente Lula e da presidenta Dilma e de tantos outros familiares, artistas, populares, todos que revelaram o seu amor e o seu sentimento. Esperamos que o exemplo de vida, a coragem desse homem possa continuar sendo exemplo para outros homens, para outras mulheres e para a nossa juventude, porque podemos dizer que aos 52 anos uma pessoa está na flor da idade, com muita possibilidade de realizações, de muitas atividades e tarefas pelo bem do povo.

Queria deixar, aqui, estas palavras, neste momento. Ele, que era meu vizinho, pois nasci na Cidade de Paripiranga, um local bem próximo ao Município de Simão Dias, de onde ele era natural. Ao povo de Simão Dias, a minha solidariedade e o meu pesar.

Queria, também, aproveitar esse momento, deputada Maria Luiza Laudano, para parabenizar mais uma vez a nossa presidenta Dilma, o nosso secretário da Saúde e o governador Jaques Wagner por essa interação no Programa Mais Médicos. Vimos no início desta semana, domingo, que é, naturalmente, um dia de descanso, que estava lá a nossa ministra da Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, recebendo mais médicos que chegavam de outros países, principalmente de Cuba, para prestarem os seus serviços para a saúde do povo da Bahia e do Brasil.

Há uns 15 dias, acho que já estou repetindo esta notícia, mas, pela minha alegria e pelo meu sentimento, falo dos baianos dos municípios mais distantes do nosso interior que estão recebendo a atenção dos médicos de outros países que se disponibilizaram a morar, durante três anos, e trabalhar nesses lugares.

Cito, no município de Agostina, a comunidade de Bom Jesus e, no município do Sítio do Quinto, a comunidade de Casacalheira. Esses são locais muito distantes e difíceis para se chegar em uma hora de emergência, muitas vezes, pelas estradas de difícil travessia, além de poucos veículos existentes para serem disponibilizados. Aqueles médicos estão trabalhando nessas localidades durante toda semana atendendo com alegria e satisfação.

Uma senhora disse para nós: “Eu vim aqui hoje fazer a revisão porque a médica pediu que eu voltasse. Mas, depois do atendimento que tive, melhorei bastante e acreditava que nem precisasse voltar.” Isso é resultado de jeito, carinho, zelo, cuidado e atenção.

Somos acionadas, em vários momentos, devido a necessidades de transferência para hospitais e outras coisas que acontecem. Portanto, ficamos muito contentes em ver médicos cuidando da prevenção. Tenho certeza de que, daqui a algum tempo, teremos uma redução muito grande nos processos de atendimento à saúde, principalmente nos casos de diabetes, AVCs, cardiopatias. Não sou médica, mas, de tanto lidar com esses casos, já compreendendo um pouco. Tenho certeza de que esta prevenção é valiosa para impedir que casos tão graves venham ocupar, aqui em Salvador, leitos dos hospitais.

Muito obrigada pela sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Minha querida deputada e presidenta Maria Luiza Luadano, Srs. Deputados e Deputadas, senhores da imprensa e visitantes, é com muito pesar que a Bancada do Partido dos Trabalhadores reage a este momento extremamente triste e difícil. Uma vida foi retirada de forma precoce: a de nosso querido Marcelo Déda, governador de Sergipe.

Ontem, nós estivemos em Sergipe junto com o governador e sua esposa, Fátima Mendonça; com o presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo e com os demais deputados Joseildo Ramos, Fátima Nunes, Maria del Carmen, Euclides Fernandes, Marcelino Galo. Todos fizemos a última homenagem a este belo quadro

do Partido dos Trabalhadores, pois ele é um parlamentar que deixa, para todos nós, um exemplo de vida totalmente dedicada à sociedade, principalmente uma vida dedicada à parcela mais pobre e mais necessitada.

Marcelo Déda era meu amigo pessoal. Ele era advogado de nosso sindicato em Sergipe. Estivemos juntos, durante muito tempo, em várias batalhas de nosso grupo político em plano nacional. Sem dúvida alguma, ele deixa, para todos nós, um legado muito importante de como combater uma situação de exclusão e de como criar uma política sem a adversidade pessoal. Marcelo Déda nos ensina que temos de agregar valores, pois se encontram homens e mulheres de bem em todos os locais. Marcelo Déda deixa isso como um poeta, pois era uma pessoa muito simples e voltada para defender os interesses daqueles que mais precisam.

Nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, fizemos uma moção a qual passo ler: (Lê) “Moção de Pesar. Manifesta pesar em razão do falecimento de Marcelo Déda, governador do estado de Sergipe.

Os Deputados que compõem a Bancada Estadual do Partido dos Trabalhadores, vêm, nos termos do artigo 141, § 1º do Regimento Interno desta Casa Legislativa, manifestar seu mais sincero pesar em razão do falecimento da Sr. Marcelo Déda Chaves, ocorrido hoje, 02 de dezembro de 2013.

Marcelo Déda Chagas nasceu em 11 de março de 1960 na cidade de Simão Dias (SE), a 110 km de Aracaju. Aos 13 anos, deixou a cidade para estudar na capital, onde se formou em Direito.

Começou a militância política no movimento estudantil, em pleno regime militar e participando de congressos da UNE. Déda tinha apenas 21 anos quando se filiou ao PT, em 1981.

Aos 25 anos, antes mesmo de disputar qualquer cargo público, candidatou-se a prefeito de Aracaju. Ficou em segundo lugar, mas a experiência o tornou conhecido em todo o Estado. No ano seguinte, seria eleito deputado estadual com a maior votação de um parlamentar da história de Sergipe até então. (32 mil votos)

Elegeu-se deputado federal em 1994, sendo reeleito, em 1998, com 83 mil votos, a maior votação proporcional do país naquele ano. Em 2000, foi eleito prefeito de Aracaju, depois de iniciar a campanha com pouco mais de 4% das intenções de voto.

Na reeleição, dada como certa em 2004, novo recorde: a vitória de Déda no primeiro turno foi a que teve a mais ampla vantagem entre todos os candidatos a prefeito - 71,38% dos votos contra 18,05% da candidata Susana Azevedo (PPS). Em seguida fora eleito e reeleito governador de Sergipe, sempre com votações expressivas.

Hoje é um dia de luto para o Partido dos Trabalhadores, que perde um dos mais destacados quadros de sua geração, cuja capacidade de articulação, crítica política e gestão administrativa serão reconhecidas por todo o sempre.

Trata-se, portanto, de grande perda que será sentida por todo o país, razão pela qual deve esta Casa Legislativa, em nome de todo o povo da Bahia, manifestar o mais sincero pesar.

Dê-se ciência desta moção à família do homenageado e ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2013.”

Por isso, minha querida presidenta, quero aqui não só pedir essa moção do Partido dos Trabalhadores, mas gostaria de ter a anuência de todos os deputados desta Casa para que possamos fazer esta homenagem a essa pessoa ilustre, nordestina, poeta, que dedicou toda a sua vida à política e à luta pelas pessoas que mais precisam.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Exª será atendido, deputado Rosemberg Pinto, porque foi um governador, um ex-deputado federal, uma pessoa que realmente amava seu povo. Era um homem trabalhador, honesto, sincero, uma grande perda. V.Exª será atendido.

Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Srª Presidente, Srs. Deputados, quero também expressar meu sentimento de pesar ao povo do Estado de Sergipe e à família do governador Marcelo Déda, ele que realmente soube fazer política com educação, com cordialidade, sempre colocando o interesse público acima de qualquer outro.

Srª Presidente, vou dar continuidade à minha intervenção de uma maneira triste. Hoje foi publicado o resultado do principal exame internacional de avaliação da Educação Básica, o PISA. O PISA, deputado Bira Corôa, como V.Exª sabe, avalia a educação básica em 65 países do mundo. Avalia crianças entre 15 e 16 anos. Infelizmente, o Brasil está entre os piores países do mundo em ensino. Mas não é uma posição ruim, não. É uma das últimas. De 65 países em Ciências, somos o 59º. Só seis são piores do que o Brasil em Ciências. Em Matemática, estamos na posição 58 e em Leitura, na 55.

É o sinal de que a elite brasileira falhou na educação do filho do trabalhador. É o sinal de que nós falhamos na educação do filho do trabalhador. A educação do filho do trabalhador não é prioridade de maneira nenhuma neste País. E muito menos na Bahia porque, se o caso brasileiro já é um escândalo, o caso baiano é uma tragédia. A Bahia em Matemática é o 16º Estado brasileiro, em Leitura é o 17º e em Ciência, o 14º. E não é porque somos pobres, não, pois estamos numa situação pior do que a do Piauí, a de Sergipe, a do Rio Grande do Norte e a da Paraíba, por exemplo. Se associarmos esse resultado à tragédia que foi o ENEM, à tragédia que é o resultado do ENEM, temos o retrato perfeito do que a sociedade brasileira faz com o filho do trabalhador: escolas que não funcionam, professores mal remunerados, falta de proposta pedagógica, não atinge os 200 dias letivos, é paralisação e greve a todo momento. E a sociedade brasileira continua dando as costas, não dando atenção, continua não priorizando a educação do filho do trabalhador.

É o primeiro país do mundo em futebol, e o 82º em educação! É o 82º, quando consideramos todas as nações, com desempenho educacional abaixo de qualquer nível! E por que isso, Srª Presidente? Porque no futebol todo garoto no Brasil começa

a jogar bola aos 4 anos! Todo lugar tem um campo de futebol! Em todo lugar se encontra uma bola redonda! Então, as oportunidades são iguais para todos os brasileiros. E por isso nós somos referência mundial.

Mas como é a escola? A escola do rico é bonita. A escola do pobre, do filho do trabalhador no dia em que chove molha mais dentro do que fora. O filho do rico começa a estudar aos 4 anos e não larga nunca mais a escola! O filho do trabalhador começa a estudar aos 6 anos e evade aos 14 anos! Enfim, a escola do filho do rico é redonda, mas a do filho do pobre é quadrada. Está aí a explicação para essa posição do Brasil.

Por tudo isso, Sr^a Presidente, aqui tenho mais uma vez de lamentar esta situação na qual a elite brasileira colocou a educação do filho do trabalhador.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. e Sr^{as} da Imprensa, Sr^{as} e Srs. Servidores desta Casa, em primeiro lugar quero fazer minhas todas as palavras que daqui foram proferidas em relação à perda político-social que o Brasil tem neste exato momento. Não é só Sergipe que está dando adeus a um grande líder, não é só Sergipe que está sentindo a dor de uma perda significativa para o contexto social e político daquele Estado, mas também o Brasil. Marcelo Déda representou e representa um símbolo de dignidade, ética, moralidade, respeito e, acima de tudo, compromisso com a política, além da fidelidade a um programa, a um projeto e aos interesses do povo por ele representado. Neste momento, damos também um adeus, mas com a certeza de que ele em vida conseguiu cumprir uma tarefa espinhosa, difícil, mas significativa, até para nos permitir separar o joio do trigo. Quando a grande mídia, quando essa sociedade conservadora tenta colocar todos os políticos numa vala comum, Marcelo Déda é uma referência entre muitas outras que podemos citar que distancia a possibilidade de ser tachado como um péssimo político e como um péssimo gestor.

Por isso, neste momento, o Brasil inteiro sente a falta de um gestor e de um agente político importante para o Brasil e para Sergipe como foi Marcelo Déda.

Mas, Sr^a Presidente e Srs. Deputados, aproveito esse tempo para dizer que, hoje, na Comissão da Promoção da Igualdade, recebemos uma associação do município de Camaçari que nos trouxe uma denúncia e, pasmem, no tempo de hoje, em pleno século XXI, num município com o desenvolvimento como o de Camaçari, ter a grilagem ainda prevalecendo nos interesses e domínios. Uma comunidade que está fixada há mais de 30 anos, que tem o reconhecimento do governo federal, porque tem, através de financiamento do Banco do Nordeste, um empreendimento produtivo, onde, que comprovadamente, 36 famílias estão agregadas a um programa e a um projeto, produzindo tilápias e outros peixes, suínos, frango de quintal, hortaliças, maracujá, coco e outros produtos, está sendo ameaçada por um empresário local num

processo de grilagem, numa tentativa de retirá-la e barganhar a área. Mas pasmem, Srs. Deputados, a área em discussão atinge 750 hectares, ou 7,5 milhões de m², e o grileiro reclama essa área com atestado de usucapião que ele adquiriu, o que fere todos os princípios.

Conhecemos a lei do usucapião, que só permite um limite máximo de 100 hectares, e comprovadamente produtivos. Lá na área, só esses produtores estão produzindo, e não ocupam essa extensão, e o que o reclamante faz na área é apenas a extração ilegal de areia, não produz praticamente nada e ainda burla a lei. E esse usucapião por ele adquirido, nós encaminhamos pela comissão, nem sequer tem o parecer do Ministério Público ou foi acionado o Banco do Brasil, que é o detentor da área. Então, conseqüentemente, está comprovada mais uma ação de grilagem, mais uma irregularidade, e não vamos assistir a isso. Por isso, acatamos a denúncia e estamos encaminhando para os procedimentos legais. Concluindo, Sr^a Presidente, quero dizer que os dados aqui apresentados pelo deputado João Carlos Bacelar sobre a questão da educação nos preocupam muito. Nos preocupam porque temos um compromisso com a Secretaria da Educação, mas é bom destacar que amanhã vou trazer os dados de quando a educação vem atingindo esses índices, até inferiores a muitos que foram apresentados, porque o que foi colocado de compromisso com a educação no ensino público vem de 3 décadas atrás, quando a reformulação do ensino de 1º, 2º e 3º graus foi feita para atender a uma elite, e isso ainda se reflete no processo de hoje.

A transformação no processo de educação carece de um programa e um projeto que vai atender a médio e longo prazos e que está sendo encaminhado e conduzido por essa nova gestão com a recuperação dos cursos técnicos profissionalizantes, com a ampliação dos cursos superiores federais, entre outras modernizações que poderíamos colocar, como a antecipação da idade de ingresso no ensino – é exatamente com esse governo, com o governo Lula, que ela cai de 7 para 6 anos.

Sem dúvida alguma, não há o que comemorar, mas não há o que referendar como se fosse uma política equivocada desse governo, mas sim, ainda, os efeitos das perversidades colocadas no processo da educação nos governos passados.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr. PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Conforme acordo de Lideranças, o Pequeno Expediente foi ampliado por mais 5 minutos.

Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, pessoas presentes nas Galerias, neste pronunciamento gostaria de parabenizar o PSDB na pessoa do pré-candidato ao governo do Estado da Bahia, João Gualberto. O PSDB compartilha com muitos baianos a ideia de que é indevida a quantidade exacerbada, deputado Targino Machado, de propagandas que o governo do Estado faz, um governo que se encontra com as finanças desorganizadas e muito mal administradas, e que já tomou diversos empréstimos.

Não é novidade para ninguém que a Bahia é um Estado quebrado pela péssima

administração que o atual governo vem dando às suas contas. A Bahia vive duas realidades: a da propaganda e a da vida real. Na propaganda, o Estado da Bahia é um dos melhores, com direito a segurança, a estradas de qualidade, a escolas com uma educação de qualidade. O da vida real é um tanto diferente.

Por esse motivo, o PSDSB solicitou que o governo do Estado informasse onde foram colocados e quanto custaram os 7 mil quilômetros de asfalto que apareciam nas propagandas da televisão. Não foi uma nem duas propagandas, foram dezenas que apareceram. Essa solicitação foi feita pelo PSDB, mas, infelizmente, o governo do Estado se recusou a dar as informações. Por esse motivo, o PSDB ingressou com uma ação na Justiça, pedindo que o governo do Estado informe onde foram colocados esses 7 mil quilômetros de asfalto e quanto foi gasto para que isso tivesse acontecido.

O fato é que 6 meses depois que essa ação foi ingressada no Tribunal de Justiça, o Tribunal deu ganho de causa ao PSDB. Agora, o governo do Estado vai ser obrigado a demonstrar exatamente onde foram colocados os 7 mil quilômetros de asfalto e quanto foi gasto.

O fato é que há uma desconfiança muito grande de que essa Bahia só existe na propaganda e que esses 7 mil quilômetros de asfaltamento não aconteceram da forma como o governo do Estado vem anunciando nas propagandas da televisão. Por exemplo, posso citar aqui que, no Norte, a péssima condição da estrada de Campo Alegre de Lourdes, e também é péssima a condição da estrada que liga o Município de Juazeiro a Sento Sé.

Meus amigos e minhas amigas, existem outras ações do PSDB no Tribunal de Justiça para que o governo do Estado da Bahia comprove de fato as ações que foram feitas e as que não foram feitas, porque os anúncios que eles fazem a todo tempo na televisão demonstram uma Bahia e nós podemos perceber, deputado Pedro Tavares, que a realidade dos baianos é muito, mas muito diferente da realidade que o governo do Estado vende nas propagandas da televisão.

Vou concluir, chamando a atenção, um pouco, sobre a questão da segurança pública. Hoje eu vi em alguns jornais a agência do Banco do Brasil assaltada em Ribeira do Amparo: *“Quadrilha armada explode banco com dinamites e dispara contra a Polícia”*, sem falar que em Campo Alegre de Lourdes o Banco do Brasil já está fechado há mais de 30 dias, foi assaltado e até hoje não teve condições de reabrir as suas portas para atender os seus clientes.

Então, vou finalizar dizendo que a Bahia da propaganda é uma Bahia que, sem sombra de dúvida, seria a Bahia que os baianos gostariam de ter, mas, infelizmente, a verdadeira Bahia de nada se parece com a Bahia da propaganda.

Muito obrigado.

(Não foi revisto do orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, em primeiro lugar quero me solidarizar com a população de Sergipe, os familiares do falecido governador Déda,

portanto deixando aí muita tristeza para todos nós, não apenas daqui da Bahia, mas do Brasil inteiro, por ter sido um governador exemplar e que tantos benefícios trouxe para a população. Por isso, nesse momento de dor, queremos nos solidarizar com a população de Sergipe, com seus familiares e também compartilhar com o nobre deputado Rosemberg Pinto pela moção que ele apresentou aqui. Nós também concordamos e assinamos embaixo dessa proposição.

Mas, Sr^a Presidente, eu gostaria de falar sobre o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Comerciantes, aqui em Salvador. Essa Frente Parlamentar foi criada nacionalmente e é uma das maiores Frentes, que é a Frente em Defesa dos Comerciantes. Nós tivemos um ato aqui, na última sexta-feira, com a presença de várias personalidades e da própria categoria dos comerciantes. Tivemos a presença de Daniel Almeida, que é o tesoureiro da Frente Parlamentar; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Levi Fernandes Pinto; o presidente da Federação dos Comerciantes do Estado da Bahia, Márcio Luiz Fapel; o presidente da Federação dos Empregados do Comércio da Bahia, Reginaldo Oliveira; a coordenadora de mulheres da Fecombase, Maria Euridéia Mendes; a representação do Presidente da Frente Parlamentar, que o presidente é Roberto Santiago, que foi representado pela sua assessoria pelo Sr. Eduardo Pereira dos Santos; além disso nós tivemos a presença do vereador Suíca; a presença da Central Sindical, a UGT, Magno Lavigne; a presença de Rosa Souza, da CGT; também do deputado Sandro Régis. Portanto, nós tivemos este evento na última sexta-feira. E esta Casa Legislativa, naturalmente, tem o dever de contribuir com este segmento, pois esta é uma luta importante em defesa dos comerciantes para que eles, efetivamente, tenham boas condições de trabalho e boas condições salariais mas, acima de tudo, para que tenhamos, também, um comércio funcionando bem para a clientela.

Nesse sentido, apresentamos aqui o Projeto de Resolução nº 2.225/2013 que dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, da Frente Parlamentar em Defesa dos Comerciantes.

Este projeto de resolução está tramitando aqui. Mas pretendemos, o mais rapidamente possível, fazer com que esta Frente Parlamentar em Defesa dos Comerciantes funcione na prática. Até já tivemos uma atividade que contou com a presença de parlamentares desta Assembleia Legislativa, vereadores de Salvador, comerciantes e suas lideranças.

Então consideramos esta Frente Parlamentar em Defesa dos Comerciantes como já funcionando na prática, mas precisamos formalizá-la aqui. Nesse sentido, fazemos um chamamento aos deputados para se incorporarem a esta frente, a fim de que possamos não apenas defender os comerciantes, mas defender também um comércio que atenda bem à sociedade.

Por isso, a Frente Parlamentar dos Comerciantes é uma necessidade. Por conseguinte, estamos abraçando esta causa.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra, no Grande Expediente, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr^a Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, quero dizer que, realmente, concordo com parte da intervenção do deputado João Carlos Bacelar. Ele coloca, claramente, como as elites deste País não trataram a educação como ela deveria ser tratada para que pudéssemos ter, hoje, uma sociedade com a possibilidade de ter uma formação social diferenciada na qual a comunidade mais pobre pudesse, efetivamente, disputar espaços em todos os seus níveis, a fim de diminuir, de fato, a contradição social que se acumula desde a origem deste nosso Brasil. E é real, deputado João Carlos Bacelar, que as elites brasileiras não cuidaram da educação como deveriam.

E a Bahia é um exemplo concreto disso. Vejam, desde a criação do Estado da Bahia até cinco anos atrás, só existia uma única universidade federal. Isso, deputada Fátima Nunes, é uma realidade. Portanto, é verdade quando o deputado João Carlos Bacelar diz que as elites, que dirigiram este País e este estado, não cuidaram da educação brasileira.

Por isso, hoje, temos de enfrentar uma análise internacional do quadro educacional deste País que é de se lamentar; apesar de termos diminuídos, nos últimos 10 anos, 33 pontos dessa situação degradante, qual seja, a nossa educação em relação à posição de outros países do mundo.

Então é verdade, deputado João Carlos Bacelar, que a elite – e V.Ex^a, inclusive, faz parte dela – não cuidou da educação de nossa população, melhor, das pessoas, principalmente daquelas mais necessitadas. E acho que temos de fazer isso rapidamente.

Por isso, a presidenta Dilma tomou uma decisão arrojada, uma decisão de quem, realmente, quer mudar o quadro educacional neste País. Haja vista a mudança da aplicação dos *royalties*, e não será uma aplicação pequena, a partir da extração do óleo na camada do pré-sal entre o Espírito Santo e Santa Catarina. Para os *royalties* do petróleo que serão distribuídos pelo Brasil inteiro, a partir de agora haverá um investimento de 75% na educação e 25% na saúde.

Então, deputada Fátima Nunes, essa é uma mudança e uma comprovação de quem quer realmente fazer com que este País tenha o investimento em Educação que necessita, com o objetivo de trazer para a nossa juventude a esperança e a capacidade de enfrentar os principais desafios internos e externos. Porque aqui temos um povo inteligente e capaz que precisava de cuidados. E isso começamos a fazer, a partir dos investimentos em Educação.

Muito já foi feito aqui na Bahia e podemos nos orgulhar de ter alfabetizado, nesses últimos 7 anos, 1,2 milhão de pessoas. Quando assumimos esse governo, tínhamos 2 milhões de analfabetos neste Estado. Orgulhamo-nos muito de já ter feito tanto para diminuir isso. Apesar de que nos entristecemos também em nos orgulhar de diminuir o analfabetismo no século XXI. É uma tristeza dizer isso, mas temos que

usar esse argumento porque estamos mudando o quadro da nossa sociedade. Eram homens e mulheres de 80 anos que não sabiam ler nem escrever e agora se orgulham de poder ser gente, de poder escrever o nome. Vi, inclusive, uma declaração de um homem de 80 anos dizendo, minha querida deputada Fátima Nunes, que vai poder ler todas as cartas que a filha dele enviou de São Paulo e ele nunca teve oportunidade de ler anteriormente. As cartas foram lidas por terceiros e, agora, ele vai relê-las, obviamente a partir dos seus olhos e do seu coração. Então, é isso que estamos fazendo na Bahia.

E aqui podemos falar sobre todos os itens, com a possibilidade de contradizer todos os pontos que são colocados. Primeiramente, a segurança pública. É lógico que temos um problema da violência e não podemos analisá-lo a partir da quantidade de crimes que acontecem. A violência no nosso País e no nosso Estado é fruto do acúmulo da falta de políticas públicas na área. Por isso chegou a essa situação hoje, e há milhares e milhares de pessoas na marginalidade. Mas não encontramos crianças de 7 e 10 anos assaltando e matando pessoas por aí. Porque esse é o tempo do nosso governo no plano federal e estadual. O que vemos são jovens de 19, 20 e 25 anos que não tiveram qualquer oportunidade de ir para a escola e foram para o caminho tortuoso da marginalidade. Hoje são frutos de abate como se fossem animais nas periferias das nossas cidades. Precisamos recompor isso agora.

Fizemos o maior investimento em segurança pública em nosso Estado. É lógico que há um questionamento inclusive dentro da segurança pública do nosso Estado com relação ao conceito do ponto de vista da gestão. O que o nosso Partido quer propor a esta Casa é um grande seminário, no próximo ano, para debater o conceito de segurança pública. Porque também é inadmissível fazer um investimento, como o governo do Estado tem feito, em pessoal, em estrutura, em armamento e não conseguir efetivamente fazer uma mudança consistente do ponto de vista da criminalidade. Alguma coisa está errada nessa equação. E é por isso que nós queremos fazer um seminário nesta Casa para debater o conceito, trazer, inclusive, os principais atores – sejam eles investigadores, delegados de polícia – para apresentarem posições, chamando também a representação da Segurança Pública. E é por isso que nós queremos dizer que temos o que mostrar neste Estado.

E, mais uma vez, quero aproveitar para lamentar a ida prematura da nossa liderança que ajudou a construir o programa do Partido dos Trabalhadores que hoje se aplica no Brasil inteiro que é o querido governador de Sergipe Marcelo Déda. Hoje, o seu corpo virá para a Bahia para ser cremado, atendendo ao seu pedido quando em vida de que gostaria que o seu corpo fosse mostrado para a população, mas que fosse cremado, dentro de uma nova forma de entendimento e da sua percepção como ser humano.

O nosso partido se orgulha de, nos últimos anos, no Brasil e na Bahia, ter contribuído bastante com todos os segmentos para mudar o quadro desigual que vivemos durante muitos anos. E quero dizer que, por conta disso, há uma perseguição significativa ao Partido dos Trabalhadores. Vejo aqui, muitas vezes, as manifestações de determinados colegas dirigindo todas as contradições ao Partido dos

Trabalhadores, porque há uma demonstração de que é um partido que continua tendo o respeito de mais de 30% da sociedade brasileira. Na última pesquisa que foi feita, o segundo lugar tem 7% enquanto nós temos 35% do respeito da população brasileira.

Enfrentamos em todos os pontos essa discriminação, porque só vejo como discriminação a sociedade brasileira. E o PT é um partido que pensa todos os dias na sociedade, principalmente, naqueles que mais precisam. E vejo o presidente do STF tomar uma posição de retaliação, sempre digo aqui, ao nosso partido em todas as suas ações. Agora mesmo com o nosso querido José Genoíno ele mandou prender para depois chamar uma junta médica para dizer se pode ser prisão domiciliar, enquanto para o Roberto Jefferson ele criou uma comissão médica para verificar se ele pode ir preso. É absurda a forma que esse cidadão tem discriminado o PT, atingindo a cidadania de um homem sério, honesto.

É esse quadro que estamos vivendo. E aqui quero debater todos esses pontos sem nenhum problema com qualquer parlamentar e dizer o que temos que mostrar no Brasil e na Bahia.

Quero lamentar algumas coisas que acontecem e disse, há pouco instante, ao deputado Bruno Reis. Esta semana, estive na cidade de Itambé e lá verifiquei um quadro que me deixou extremamente triste, meu querido Leur Lomanto. A informação que se tem lá é que a prefeitura da cidade, ao invés de fazer a coleta do lixo corretamente, está colocando Tordon nas principais árvores para que elas não sujem a cidade com as folhas que caem. Atitudes como essa não podemos permitir que aconteçam. Isso não é bom para a política brasileira. Ao invés de tratarmos a questão do meio ambiente de forma a atenuar situações e evitar que o meio ambiente seja mais degradado, toma-se a medida mais fácil. E, ao invés de cuidar da cidade, ao invés de cuidar do meio ambiente, prefiro tomar uma medida, ir lá matar as árvores para que elas não sujem a cidade. Um absurdo o que está acontecendo!

E quero propor ao presidente da Comissão do Meio Ambiente, deputado Leur Lomanto Júnior, que verifique essa situação. Não quero aqui acusar ninguém. É o que vi lá na cidade e todo mundo vê. Deputado, é inadmissível que se trate o meio ambiente dessa maneira.

O Sr. Bruno Reis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Com o aparte, deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Nobre deputado e amigo, Rosemberg Pinto, sei que a especialidade de V.Ex^a, até pela sua atuação profissional, é a área de combustível, de petróleo e gás, lá V.Ex^a trilhou a sua trajetória e caminhada políticas.

O produto Tordon é utilizado, sei que V.Ex^a não é especialista na área, nas plantações para matar pastagem. Portanto, mato fino, capim, não árvores, isso não mata árvore, não. É para esclarecer V.Ex^a para daqui a pouco não estar emprenhado pela política local e trazer aqui informações equivocadas. Até porque V.Ex^a sabe da credibilidade e seriedade do prefeito Ivan, inclusive era seu candidato também. Não sei se V.Ex^a se recorda, chegamos a estar na mesma convenção. V.Ex^a iria indicar a vice do PT - naquele momento para compor com ele a chapa - a professora que hoje é secretária de Educação, o presidente histórico e filiado do PT naquele município. Mas

aí houve uma reviravolta e V.Ex^a, por conta da posição do PT local, porque sei que sua preferência pessoal era ter apoiado o prefeito. Os seus aliados locais do PT acabaram levando V.Ex^a para o palanque errado, que foi o palanque dos nossos adversários, e acabou sendo derrotado junto com eles.

Então, não fique ressentido. Sei que V.Ex^a gosta do prefeito Ivan, sabe que ele é um homem sério, um homem de bem. Inclusive hoje seria deputado junto comigo, se não fosse a posição que o PT local levou V.Ex^a, sei que não era a sua opção pessoal, até pela relação política que já existia no município. Mas o fato é que, para esclarecer, esse produto não é capaz de matar árvores, não é capaz de causar dano nenhum ao meio ambiente, é amplamente usado nas fazendas, nas roças, enfim, para tratar a questão da pastagem. Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Deputado Bruno, costume dizer o seguinte, que a minha trajetória sempre foi de defender aquilo que acredito como verdade, independentemente de ser aliado ou adversário. Não posso admitir. Fui à cidade, tirei fotos das árvores e em todas as árvores da cidade há um furo com uma quantidade significativa do produto dentro.

Há uma denúncia registrada no Inema por parte dos munícipes da cidade de Itambé denunciando esse fato. Se a prefeitura nada tem a temer que ela venha dar todos os esclarecimentos. E espero que não seja verdade essa questão, mas quero lamentar o que vi lá. A outra questão, independentemente, deputado Bruno Reis, da cidade de Itambé, fui ao governador do Estado e pedi a ele para atrair empresas para a cidade de Itambé. Tenho trabalhado constantemente junto à Secretaria de Indústria e Comércio. Por isso não há nenhum revanchismo em relação a essa questão em que fui solicitar que novas empresas se estabeleçam naquela região.

O governador do Estado reeditou um decreto dando isenção fiscal a todas as empresas de calçados em 95% de ICMS para que o governo do Estado da Bahia pudesse atrair empresas a toda aquela região. E tem feito isso.

A Secretaria da Indústria e Comércio tem trabalhado para atrair empresas. Há trabalhando nesse sentido um consultor que criou duas: uma delas é a Itambé Calçados Ltda., que já está inscrita e é fruto do trabalho de diversos parlamentares, inclusive deste, porque é na minha região e não quero ver meus conterrâneos desamparados. Portanto, também tenho trabalhado nesse sentido. Não posso admitir chegar à cidade, encontrá-la extremamente suja e receber as denúncias de como estão sendo tratadas as árvores.

Vou convidá-lo para ir comigo, e juntos verificarmos. Podem me chamar de tudo, menos de mentiroso, porque fui lá, verifiquei, tirei fotos. E quero chamar a Comissão de Meio Ambiente para que tome as medidas necessárias, verificando se é ou não verdade o que está sendo denunciado no Inema e no Ibama.

O Sr. Bruno Reis:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Pois não, deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Nobre deputado Rosemberg Pinto, recebi a sua nota aqui. Queria ter tido a oportunidade de conversar isso, e não transformar numa discussão no Plenário como se fosse a Câmara de Vereadores de Itambé. Almocei com o

prefeito Ivan quinta-feira passada e tentei até falar com o secretário James Correia, que é amigo de V.Ex^a, sobre essa situação da cidade. O senhor sabe que lá funcionava a Azaleia, que gerava 800 empregos diretos. Ela fechou o núcleo de Itambé. Portanto, o município perdeu 800 empregos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Não foi só em Itambé.

O Sr. Bruno Reis:- Foi em diversas cidades, mas no caso específico de Itambé o prefeito estava preocupado em resolver a situação e viajou ao Sul do País, onde havia identificado uma empresa que iniciaria as atividades gerando de imediato 300 empregos e podendo, ao final da sua implantação, chegar a algo em torno de 600.

Paralelo a isso, a Secretaria da Indústria e Comércio vinha trabalhando outra indústria e assinou um protocolo de intenções para que ela se instalasse em Itambé. Só que naquela ocasião essa indústria que está prevista para ir pra lá - V.Ex^a participou da atividade realizada pelo proprietário e pela Câmara para ele explicar o projeto - colocou que inicialmente geraria 50 empregos e, ao final do funcionamento total da atividade, chegaria a 300.

Então, a preocupação do prefeito é amenizar os danos causados pelo fechamento da Azaleia. Se há, de início, uma indústria que gera mais empregos do que outra, ele quer de forma equilibrada e sensata negociar com a Secretaria da Indústria e Comércio para dar prioridade à que pode gerar mais.

Quero pedir o apoio de V.Ex^a para intermediarmos e resolvermos a situação. Não estou preocupado com quem levou ou não a indústria. O que queremos é resolver o problema. Peço o seu apoio para resolvermos, pelo espírito público do senhor e a preocupação que tem com o município por ser da região. O prefeito também tem direito aos louros pela resolução, não só V.Ex^a, o governo e o secretário. A preocupação não é com quem está resolvendo, mas sim em resolver a insatisfação que resultou nessa nota encaminhada pela prefeitura.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- V.Ex^a terá o meu apoio. Deputado Bruno Reis, não tenho nenhum problema e quero resolver o problema que empresa seja. Não tenho preferência por empresa alguma, não sou proprietário de nenhuma. Se uma empresa gera 100 e a outra gera 400, acho extremamente pertinente preferir a que gera 400, independentemente de que empresa seja. Só digo que todos estamos trabalhando nesse sentido e não faz...

O que levantei não é sobre essa questão, que estou trabalhando e trabalharei – se V.Ex^a precisar, marcaremos uma reunião com o secretário da Indústria e Comércio para poder tratar e equalizar isso –, falo sobre outra questão que é o tratamento que a cidade tem dado ao meio ambiente, e não posso permitir que isso aconteça. Mas o deputado Leur Lomanto fará, obviamente, o trabalho no sentido de averiguar esse fato.

Por último, falei sobre as ações que estamos desenvolvendo, e me referia à forma como o presidente do STF tem tratado... Deputado Bruno Reis, V.Ex^a, que é advogado, não sabia que tinha esse tino para agronomia, mas quero lhe dizer que é de lamentar que tenha havido uma pressão por parte do presidente do STF para mudar o

juiz, sob a alegação de que ele seria benevolente com as pessoas cujo processo de execução penal estava coordenando em Brasília.

É de lamentar que um cidadão chegue a esse ponto. Talvez seja por isso que, hoje, para os principais líderes jurídicos deste nosso Brasil, o presidente do STF já não tem mais credibilidade. Há juristas dizendo que ele já atendeu aos interesses da mídia e agora perde a credibilidade, porque já chegou ao limite. E talvez também seja por isso que, na última avaliação partidária – exceto o PT, que não entrou nisso –, 90% dos partidos não gostariam de ter esse senhor filiado a uma das siglas partidárias.

((Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.))

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Horário das Lideranças Partidárias. Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSL-PP, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- O deputado Álvaro Gomes falará pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, demais deputados, há uma notícia sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal abordando o tema estacionamento nos *shoppings*. Na realidade, acho que já abordamos esse tema diversas vezes na Assembleia Legislativa, mas chegou ao momento de acelerarmos a aprovação das proposições que tramitam nesta Casa. Essa questão da cobrança de estacionamento em *shoppings* volta e meia vem à tona e o Supremo toma uma decisão.

Acho que essa cobrança – ou a possível cobrança – de estacionamento em *shoppings* é um verdadeiro abuso contra a sociedade e o consumidor. Não podemos admiti-la sob nenhuma hipótese. Desde 2007 havia essa ameaça. Ainda em 2007, travamos uma batalha, o movimento de defesa do consumidor, eu, pessoalmente, participei de manifestações nos *shoppings* contra cobrança do estacionamento. Na época, estivemos também com o vereador Everaldo Augusto, que também travou essa luta contra essa cobrança.

O fato é que em 2007, quando houve a tentativa inicial de cobrar pelo estacionamento, o movimento organizado conseguiu segurar e está conseguindo manter essa luta contra a cobrança do estacionamento em *shoppings*.

Quero, inclusive, informar que naquele época, 2007, apresentamos aqui o projeto de lei 16.095/2007, que versa sobre essa temática. O que fala esse projeto? Proíbe a cobrança de estacionamento, seja nos *shoppings*, casas comerciais, supermercados, hospitais, bancos, no comércio, de maneira geral. O projeto que apresentamos é bastante abrangente, atinge a todo o comércio e beneficia todos consumidores.

Um dos argumentos dos *shoppings* é de que há alguns locais, como bancos ou hospitais, em que o estacionamento é cobrado. Os *shoppings* levantam essa tese de que é necessário cobrar porque em alguns estabelecimentos comerciais o

estacionamento é cobrado. Mas esse projeto que apresentamos veda a cobrança de estacionamento em qualquer estabelecimento comercial.

Esse projeto, devo dizer, já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, comissão responsável pela discussão sobre sua constitucionalidade. Esse projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, tendo como relator o deputado Carlos Geilson. Também esse projeto passou em outra comissão muito importante, que é a Comissão de Defesa do Consumidor, quando teve como relator o deputado Carlos Brasileiro, que deu parecer favorável e foi aprovado também por unanimidade. Ainda nessa discussão, o projeto passou pela Comissão de Infraestrutura, tendo como relator o deputado Paulo Rangel que deu parecer favorável. Está faltando passar pela Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, depois vir para o plenário.

É importante ressaltarmos que, em havendo consenso entre as bancadas de governo e Oposição, podemos aprovar esse projeto por acordo, tendo em vista que já passou por algumas comissões.

Quando formos debater e discutir, temos de entender a necessidade de aprovarmos esse projeto, pois há um debate sobre a questão da legislação municipal, e esse debate termina caindo no Supremo Tribunal Federal, onde vem a discussão sobre se é competência ou não do município. O Supremo tem uma determinada posição, a polêmica continua, continuam os recursos e o debate persiste.

Por que é importante aprovar a lei aqui na Assembleia Legislativa? Ela tem de ser cumprida até que os *shoppings* e os empresários aleguem a inconstitucionalidade da lei, provavelmente eles vão querer. Mas, enquanto o Supremo não julgar a respeito da constitucionalidade da lei – ele pode julgar pela constitucionalidade ou pela inconstitucionalidade –, a lei está em vigor.

Eu acredito que a lei é constitucional, porque eu entendo, e a própria Constituição faz essa previsão, que defesa do consumidor é competência das assembleias legislativas. Portanto, esse debate jurídico vai acontecer. Enquanto esse debate jurídico estiver acontecendo, a lei está em vigor. Para que a lei deixe de vigorar, eles terão de derrubá-la no Supremo Tribunal Federal. Não é fácil derrubar a lei. Portanto, nós teremos mais um mecanismo de luta contra a cobrança de estacionamento nos *shoppings*.

Acredito que a Assembleia Legislativa da Bahia deveria abraçar essa bandeira com muita garra, com muito vigor, porque a realidade da Bahia é diferente da de qualquer outro Estado. Não vale dizer que em outros estados os *shoppings centers* cobram estacionamento e que, sendo assim, a Bahia também deveria cobrar. São realidades diferentes! Aqui, os *shoppings* já estão adaptados a não cobrarem, porque incluem nos produtos que vendem o preço do estacionamento. Portanto, não é justa a cobrança.

Há uma série de outras argumentações que não possuem muito sentido. Às vezes, argumentam que as pessoas estacionam o carro nos *shoppings*, mas não vão fazer compras, vão para outras localidades, mas essa é uma questão residual. Se existe o uso indevido do estacionamento dos *shoppings*, então, vamos encontrar uma

solução para evitar isso. O que não pode é haver a cobrança do estacionamento em *shopping*. O que não pode, sob nenhuma hipótese, é lesar ainda mais os consumidores, que já são prejudicados no seu cotidiano e que já sofrem o prejuízo, dia a dia, de uma onda consumista que leva muitos deles a comprarem até aquilo que não necessitam e, conseqüentemente, ao endividamento. Os consumidores não podem ser prejudicados com a cobrança do estacionamento nos *shoppings*.

Devemos abraçar essa bandeira! Uma das formas de lutarmos contra a cobrança do estacionamento nos *shoppings* é a aprovação da lei na Assembleia Legislativa. Virando lei, eles não podem cobrar. Para cobrar, eles teriam que derrubar a lei, teriam que conseguir um resultado positivo no Supremo. Esse é mais um instrumento de luta da sociedade para impedir, para não permitir a cobrança de estacionamento nos *shoppings*.

Por isso, eu faço um chamamento, não apenas aos deputados de governo, mas também aos de Oposição, para abraçarmos essa bandeira, aprovarmos essas proposições que tramitam na Assembleia Legislativa, e, assim, possamos coibir esses abusos dos *shoppings* que querem cobrar pelo estacionamento. Não podemos admitir isso! Não podemos concordar com isso, sob nenhuma hipótese.

Portanto, a luta continua contra a cobrança de estacionamento nos *shoppings*. Essa é uma luta antiga que vai continuar.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSB/PTN/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr^a Presidente, por todo o tempo falará o deputado Sandro Régis.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr^a. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, deputado Marquinho Viana, deputado João Carlos Bacelar, hoje nos *sites* nacionais encontrei uma notícia, mais uma, negativa para o Estado da Bahia. Está na *UOL* o seguinte título: (Lê) “*De olho no Cofre: Seis cidades-sedes da Copa são reprovadas em ranking de transparência*”.

O governo da transparência Jaques Wagner, realmente, é a transparência da propaganda.

Vou ler a notícia desse site: (Lê) “*Seis cidades que vão receber jogos da Copa do Mundo foram reprovadas em um estudo que avaliou o grau de transparência dos gastos públicos nas obras de preparação para o torneio. Natal e Salvador tiveram as piores notas, enquanto Brasília recebeu a maior pontuação da pesquisa...*”

A farra dos R\$ 20 milhões que acontecerá sexta-feira em Sauípe também está no *site*, e ninguém sabe como está sendo gasto. Quem diz isso não é o deputado Sandro Régis, não. Quem diz isso é o *site* nacional *UOL*. Não querem divulgar, deputado João Carlos Bacelar, a farra com o dinheiro público em Sauípe.

E tem mais: “(...) O projeto foi criado pelo Instituto Ethos para acompanhar os investimentos destinados para a Copa do Mundo, a Olimpíada e a Paraolimpíada...” Os pesquisadores avaliaram 90 quesitos sobre transparência – e Salvador e Natal foram as piores – para revelar onde está sendo gasto o dinheiro público nessa verdadeira farra que acontecerá sexta-feira, deputado João Carlos Bacelar, em Sauípe. Dizem que são R\$ 6 milhões, mas foram gastos mais de R\$ 20 milhões.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o Líder do PSDB na Assembleia Legislativa, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Sandro Régis, quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento que faz nesta tarde.

Realmente, este governo do Estado emprega muito mal os nossos recursos. Pior do que isso, deputado Sandro Régis, é se esquivar de dar as informações quando solicitadas. O PSDB solicitou – eu disse isso hoje dessa tribuna – ao governo do Estado que apresentasse onde foi gasto e onde foram executadas as obras dos 7 mil quilômetros de asfalto que passaram quase 30 dias nas televisões da Bahia. Gastou-se uma fortuna fazendo propagandas, e quando o PSDB solicitou, de fato, informações sobre a execução dessas obras e o valor gasto, o governo do Estado se esquivou de dar as informações. Entramos com uma ação na Justiça, e após 6 meses o Tribunal de Justiça obrigou o governo do Estado a prestar esses esclarecimentos. Dessa forma saberemos se, realmente, foram realizados os 7 mil quilômetros, como estão essas estradas e quanto foi gasto.

A Lei da Informação de nada vale para este governo. Mais 14 ações como essa estão sendo executadas pelo PSDB para que tenhamos as informações. Temos uma Bahia na propaganda do PT e outra na realidade dos baianos. Quando pedimos as informações, eles se esquivam de dar essas informações. Portanto, deixa-nos a dúvida se realmente essas propagandas, de fato, são verdadeiras. Mas, com a interferência da Justiça, eles serão obrigados a apresentar quanto foi gasto e onde foi feito, e assim, de fato, a população baiana vai ficar sabendo se essas propagandas são verdadeiras ou não.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Um aparte, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputado Adolfo, muito pertinente o seu aparte.

O pior é que as coisas só são positivas nas propagandas institucionais do governo, que o governo paga. Aí, sai-se do nível nacional e se lê os jornais locais. *Tribuna da Bahia*: “Semp Toshiba fecha empresa na Bahia”. Essa que é a realidade do governo do Estado, a incompetência. “Alegando alto custo de produção, a Semp Toshiba Informática encerrou as atividades no Estado da Bahia”.

Essa empresa, deputado, já estava há 14 anos em nosso Estado, gerando emprego e renda. E o que foi que o Estado fez para evitar o fechamento da Semp Toshiba?

A Azaléia já foi embora da terra do deputado Rosemberg, que muito se esforçou, coitado, mas o governo não o ajudou a segurar a empresa no Sudoeste da

Bahia. Agora, é a Semp Toshiba.

Mas na propaganda do governo a Bahia é o melhor Estado para se viver. Na propaganda do governo as estradas estão todas asfaltadas, a segurança, aqui, é de primeiro mundo, poucas escolas privadas daqui têm tanta capacidade e qualidade como na educação do Estado.

Na propaganda do governo, Carlos Geilson, a Bahia vai muito bem. Na propaganda do governo, o projeto é qualificado, mas, na realidade dos baianos, o que nós estamos vivendo é um Estado falido. Falido na área da segurança pública, Carlos Geilson, pois todos os dias bancos são assaltados. Um Estado que teve a reprovação do MEC. E, hoje, é notícia nacional como um dos piores estados em transparência com a farra do dinheiro público aplicado na Copa.

E está aqui a manchete: “Semp Toshiba fecha empresa na Bahia” Essa é que é a Bahia da verdade. É essa a Bahia que os baianos não aguentam mais, e não a Bahia, deputado Adolfo Viana, da propaganda e da mentira do governo do PT.

Com o aparte o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Parabéns, deputado Sandro Régis, pelo seu pronunciamento. Esse dado que o deputado Adolfo Viana trouxe, de R\$ 6 milhões e 500 mil para a festa da FIFA em Sauípe... Não sei que poder é esse que a FIFA tem sobre os governantes brasileiros. Foram R\$ 2 bilhões e 400 milhões para o Estádio da Fonte Nova, denúncia do deputado Carlos Geilson, e o ginásio de Cajazeiras, nada. Já são 4 anos para fazer o ginásio de Cajazeiras e não o concluem. Nada mais parecido com os governos anteriores do que o PT no governo. Só fazem obra para rico, só fazem festa para rico. Que benefício a Fonte Nova vai trazer à Bahia? Pelo contrário, há o prejuízo de Pítuaçu. Inviabilizaram Pítuaçu.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- E nós ficamos de abrir a CPI, não foi deputado?

O Sr. João Carlos Bacelar:- Exatamente, deputado Sandro Régis.

Levaram 4 anos para fazer a passarela de Pítuaçu. Quando a passarela ficou pronta, não tem mais jogo em Pítuaçu. Então, é o retrato de um governo que não sabe administrar, que não sabe planejar, de um governo perdulário.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- E é um governo que faz escola.

Hoje, a notícia no mundo é a Petrobras. As ações da Petrobras hoje despencaram. A Bolsa de São Paulo quase foi à bancarrota ontem porque a Petrobras sacou nos últimos 4 meses quase R\$ 2,8 bilhões no mercado financeiro para cobrir o rombo. A Petrobras, que era uma empresa altamente lucrativa, o nosso maior patrimônio, o governo está conseguindo quebrar. Ela é o reflexo, deputado João Carlos Bacelar, da falta de compromisso do governo do PT.

As ações da empresa hoje despencaram mais do que ontem. A Bolsa de São Paulo nesta terça-feira praticamente está fechada devido a este governo irresponsável que não trata as finanças públicas com responsabilidade e não se esquivava em querer maquiar as coisas e enganar o povo baiano e brasileiro.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Sandro Régis, é só para finalizar, pois temos 30 segundos. É um governo que esqueceu de governar. Achou que governar na

propaganda iria funcionar. De fato, não funciona. E vamos saber a realidade, a verdadeira realidade do Estado da Bahia. Pior do que isso: estão preocupados com a eleição que acontece no ano que vem. Estão preocupados em fazer a eleição do pré-candidato deles em 2014. É verdade que é um pré-candidato desconhecido e que eles precisam de mais tempo para fazer com que ele se torne conhecido. Mas vão fazer isso e esquecer, de fato, de governar para aqueles que os elegeram para governar por 4 anos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputado, eles não vão esquecer de governar porque já não estão governando a Bahia. Desde que assumiram o Estado, eles estão em cima de palanque fazendo promessa e propaganda. Se você analisar a Bahia de hoje e a Bahia de quando eles assumiram, percebe-se a diferença. Receberam um Estado saneado, sem dever a ninguém. Mas hoje a Bahia é notícia no mundo como um Estado mais violento e o mais caloteiro da República Federativa do Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra...

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr^a Presidente, questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Solicito a V.Ex^a que proceda à verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Sabemos, e está no Regimento, que se faz necessária a presença de 21 parlamentares para ela continuar. Mas é visível que não temos este número no Plenário e estamos discutindo temas relevantes para a Bahia, de interesse dos baianos. Tivemos a denúncia dessa farra que vai acontecer em Sauípe, onde o governo estadual investe 6 milhões e 500 mil reais num Estado que deve aos fornecedores, atrasa o pagamento dos prestadores de serviço na área da Educação e tem levado centenas e centenas de empresários à falência porque não paga. É um Estado que desde 2009 faz aqui no Nova Esperança, na Estrada CIA-Aeroporto, uma obra orçada inicialmente em 20 e poucos milhões de reais, mas que já está em 40 milhões. E, como dizia Caetano Veloso, o que era para ser inaugurado parece ruína, com o asfalto todo esburacado e as praças maltratadas. Enfim, é uma obra com o dinheiro do governo federal que se esvai.

Hoje poderíamos estar aqui discutindo, com a presença dos 21 Srs. Deputados necessários, a questão do Minha Casa, Minha Vida. Nessa mesma Estrada CIA-Aeroporto, deputado Carlos Geilson, estão sendo construídas mais de 6 ou 7 mil unidades deste programa. Não tem um posto policial, uma escola, um posto de saúde, um ponto de ônibus, e querem levar para lá de 25 a 30 mil pessoas!

É uma nova cidade nos limites de Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas. Já levaram as portas das casas! Já levaram esquadrias! Já levaram tudo! Parece uma cidade fantasma. O Programa Minha Casa Minha Vida é outro engodo. Só tem servido...

Quero desafiar, aqui, o deputado Rosenberg. Vamos pedir ao presidente uma

topic ou um ônibus para visitarmos as 8 mil unidades do Programa Minha Casa Minha Vida no entorno de Salvador. Estou falando, deputado Rosemberg, em 8 mil unidades imobiliárias em que esta Assembleia Legislativa teria a obrigação de ver como se toca fogo!

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Deputado, V.Ex^a solicitou uma questão de ordem e está fazendo um discurso?

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputada Fátima Nunes, estou justificando. Convido V.Ex^a, deputada presidente, para fazer parte desta comitiva, porque, assim, verá que a situação é pior do que a do semiárido que V.Ex^a tanto defende.

Por isso, Sr^a Presidente, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão ordinária.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Há mais duas questões de ordens, quais sejam, uma solicitada pelo deputado Sidelvan e outra pelo deputado Rosemberg Pinto.

Pela ordem o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr^a Presidente, minha questão de ordem é para pedir a V.Ex^a para zerar o painel, marcar o tempo regimental de 15 minutos e convidar os deputados a comparecerem a este Plenário, a fim de marcarem as suas presenças.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- V.Ex^a será atendido, deputado Sidelvan Nóbrega.

Por favor, zerem o painel e marquem o tempo.

Solicito aos deputados que estão nos ouvindo a apressar o passo para marcar as suas presenças no Plenário, pois há uma verificação de quórum.

Concedo uma questão de ordem ao deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Muito obrigado, deputada Fátima.

Deputado João Carlos, concordo que temos de chamar todos os deputados e deputadas para o nosso Plenário a fim de marcarem suas presenças para que a sessão possa continuar. Assim, debateremos temas importantes como o que V.Ex^a pautou sobre o Programa Minha Casa Minha Vida.

Admito que temos muitos problemas do ponto de vista de construção do Minha Casa Minha Vida, que aliás não é exclusivo só deste programa, mas também de diversos outros. Entretanto não posso admitir o questionamento quanto à existência deste programa. Este é o maior programa de habitação popular que aconteceu e acontece no Brasil que possui o respeito de todo mundo, inclusive da maioria dos parlamentares de oposição no plano federal. Eles concordam que, realmente, este é um programa extremamente eficiente do ponto de vista de atender a comunidade.

Logicamente, temos problemas do ponto de vista da execução. Tais problemas não têm a ver com o programa em si, mas, muitas vezes, com as empresas que estão executando as obras que, por questões de gestão, por questões operacionais ou por questões de burocracia, acabam atrasando essas mesmas obras em execução. Isso, às vezes, tem a ver com a demora da liberação de verbas.

Mas concordo com V.Ex^a que precisamos debater tais questões, sim, como o Programa Minha Casa Minha Vida e aprimorá-lo. Ressalte-se que este é um belo programa. Tenho concordância com algumas outras coisas também. Fiz críticas aqui. O deputado Bruno Reis diz que não se pode criticar porque não somos da Oposição.

Por exemplo, eu faço críticas quanto à reconstrução da Fonte Nova. Sempre fiz críticas. Não fui inclusive à inauguração da Fonte Nova porque entendo que não havia necessidade daquele equipamento para atender às atividades do nosso Estado. Como faço crítica publicamente, não tenho problema em relação a isso, porque discordo da forma como a FIFA impõe aos Estados, à União, determinadas situações que levam os estados brasileiros a tomarem posições contraditórias aos interesses da sociedade. Acho ruim, no momento em que estamos em contingenciamento, fazer uma festa e gastar R\$ 6 milhões e meio lá em Sauípe! Eu discordo também disso.

Então, não tenho problema em colocar essas questões, mas não posso concordar com o questionamento ao Programa Minha Casa Minha Vida, belo programa que realmente atende os anseios da população mais carente. É lógico que temos problema, precisamos aprimorar.

Quero mais uma vez chamar todos os deputados e deputadas para que se façam presentes no plenário, para que possamos dar continuidade a esta sessão, fazer um debate significativo com relação aos diversos temas aqui apresentados.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr^a Presidente .

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Mais uma vez, convoco todos e todas, deputados e deputadas a apressarem o passo, porque temos debates muito importantes, votações também, e precisamos continuar com a nossa sessão.

Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar, pedindo-lhe que seja breve para que o deputado Sidelvan Nóbrega possa fazer a dele.

O Sr. João Carlos Bacelar;- Obrigado, deputada Fátima Nunes, que preside esta sessão, sei que que V.Ex^a gosta muito de ouvir a minha voz, por isso vou apressar-me para que outros companheiros possam se pronunciar.

Quero dizer ao deputado Rosemberg Pinto que, realmente, eu não conheço o Projeto Minha Casa Minha Vida profundamente para que lhe faça uma crítica. Eu exagerei um pouco quando ampliei essa crítica. Agora, o que se está fazendo no entorno da cidade do Salvador!... Se for um retrato do Projeto Minha Casa Minha Vida é um caso de tragédia internacional em administração pública. É um absurdo, deputado. E eu queria convidar publicamente todos os deputados para que possamos fazer uma inspeção, uma reunião da Comissão de Desenvolvimento Urbano, para ver o crime que se está cometendo no entorno da cidade de Salvador: são cerca de sete a oito mil unidades, deputado Rosemberg Pinto, no meio do deserto, vamos dizer assim, sem nenhuma infraestrutura, sem posto de polícia, sem escola. O Parque das Bromélias não tem uma escola, não tem um posto de saúde, não tem ponto de ônibus nem vias de ônibus. Então, o que é que vai acontecer ali? As pessoas de Salvador vão receber a casa e vão abandoná-la ou ceder essa casa a pessoas do interior. E nós vamos criar, no entorno da cidade, uma grande favela. É um problema seríssimo de projeto e de execução do Projeto.

Presidente, muito obrigado.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada pela rapidez.

Questão de ordem do deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr^a Presidente, antes de formular a minha questão de ordem, gostaria de convidar os Srs. Deputados – nós já temos 18 presentes, faltam apenas três para que o quórum regimental possa ser restaurado – que estão no cafezinho, nos seus gabinetes, na biblioteca estudando os projetos para comparecerem a este plenário.

Sr^a Presidente, ainda tratando da questão de ordem, o deputado Álvaro Gomes veio a esta tribuna falar em relação à perspectiva de autorização que foi dada hoje pelo STF, especialmente pelo ministro Fux, aos *shopping centers* autorização para ser cobrado o estacionamento.

Esta Casa tem a Comissão de Defesa do Consumidor, que era presidida no começo do ano pelo então deputado Uziel Bueno e agora, pelo deputado João Carlos Bacelar. Nela travamos uma grande discussão, tivemos várias reuniões com os representantes de *shoppings*, e dessa discussão também foi criado um projeto de lei, deputado João Carlos Bacelar, em relação a estacionamento, porque em média a pessoa que vai a um *shopping* fazer compras demora no máximo de uma hora a duas horas, o homem demora uma hora e 20 minutos e a mulher demora um pouco mais, de uma hora e 40 a uma hora e 50.

Criamos um projeto de lei, que está em tramitação nesta Casa, que dá isenção para quem, realmente, usa o *shopping* para fazer compra, para poder trazer lucro para o comerciante do *shopping*. E esse projeto está nesta Casa parado, está na Comissão de Constituição e Justiça. Acho que esta Casa tem a oportunidade agora de legislar sobre isso, não só em relação ao estacionamento dos *shopping centers*, deputado João Carlos Bacelar, mas sobre todos os estacionamentos. Os dos *shoppings* serão os mais baratos. Hoje, se formos a um centro empresarial, gastamos em torno de R\$ 10 a R\$ 15 para que possamos ter acesso a algum escritório ou a alguma coisa. É um absurdo que esta Casa não aprove um projeto como esse.

Outra coisa, Sr^a Presidente, ainda dentro do meu tempo da questão de ordem, quero lembrar que estamos amanhã comemorando o Dia Internacional do Deficiente. Convido a todos os deputados, pois a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, através do seu secretário Almiro Sena e da Superintendência dos Direitos da Pessoa com Deficiência, estará inaugurando nesta quinta-feira, às 9 horas da manhã, no Pelourinho, a acessibilidade a todos os cadeirantes, e que eles possam usufruir daquela beleza, enfim, dos recursos que há ali no Pelourinho. Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT-PCdoB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr^a Presidente, falará pelo tempo do PDT-PCdoB o deputado Adolfo Menezes. Sr^a Presidente, só uma comunicação, uma correção, eu disse que o Dia Internacional do Deficiente Físico é amanhã, mas, na verdade, é hoje,

dia 3.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas Neusa Cadore e Luiza Maia, deputado Luciano, eu fui, aqui desta tribuna, um dos maiores críticos do ex-prefeito João Henrique, que passou 8 anos acabando a cidade do Salvador. Por uma questão de ser justo, deputado Reinaldo Braga, temos que criticar na hora certa e reconhecer os acertos também na hora certa. Queria aqui parabenizar o prefeito ACM Neto, que tem tomado medidas, tenho certeza, que vão transformar aos poucos esta cidade. A partir de ontem, copiando... Eu sempre disse que copiar experiências, adaptando as características, não é demérito nenhum. Então, deputado Reinaldo Braga, o prefeito ACM Neto, que trouxe de São Paulo o secretário da Fazenda, que implantou naquele Estado, quando secretário, esse programa de cada um pedir a nota fiscal, o que não é nosso costume, para ajudar a Prefeitura de Salvador com mais recursos, ela que tanto precisa. É uma boa iniciativa tomada por esse prefeito, que outros não fizeram.

Sempre disse que a Bahia deveria espelhar-se no que deu certo em outros estados, em outras cidades do Brasil e do mundo, mas adaptando às nossas características e tentando melhorar.

Então, desde ontem está vigorando em nossa capital esse programa que, tenho certeza, vai ser um sucesso, já que aqueles que pedirem a nota pelo serviço vão ter, deputado Luciano, desconto no IPTU total, créditos e participarão de sorteios. Portanto, uma grande iniciativa.

Outra medida que a Prefeitura tem tomado é a regularização da orla de Salvador. Medidas como essa, infelizmente, vão causar transtornos para aquelas pessoas que, em sua maioria, não vão poder mais trabalhar do antigo jeito, ou seja, totalmente desorganizadas. Mas acredito que a Prefeitura e o governo vão arranjar uma solução, porque são pais de famílias que têm seus filhos para sustentar e precisam trabalhar. Mas a Cidade do Salvador, que antes recebia grande quantidade de turistas, vinha perdendo visitantes a cada ano para Recife e outras cidades de Pernambuco, o Ceará, como estava acontecendo.

Não sou do grupo do prefeito ACM Neto, mas todas as vezes que ele tomar medidas benéficas para a nossa capital serei um dos primeiros a reconhecer, porque acredito que não é demérito algum fazer parte de outro grupo e reconhecer medidas corretas que estão sendo tomadas em nossa capital. Tenho certeza de que no final o saldo será positivo.

E, ao mesmo tempo, quero também reconhecer que alguns deputados da Oposição erraram quando disseram, em matéria publicada ontem nos jornais, que o governador Wagner quer pongar nas obras federais. Ora, o dinheiro federal é de toda a Nação, e o governador Wagner ter transformado este Estado e esta cidade, principalmente a Paralela, que está mais visível, num canteiro de obras é mérito dele, porque sem projeto não se consegue recursos. Então, o governador tem feito nestes 7 anos o que, acredito, nenhum governador fez, deputado Luciano. V.Ex^a não admite,

mas sabe disso. Foram 7 mil quilômetros de estradas, a Ferrovia Oeste-Leste, com alguns percalços no meio ambiente, porque a burocracia em nosso País é muito grande.

Deputado Reinaldo Braga, todos os brasileiros tiveram a oportunidade de ler uma entrevista interessante nas páginas amarelas da *Veja*, acredito que de há duas semanas, na qual o governador do Ceará, Cid Gomes, falou o que eu já havia dito aqui: que a maioria, para não dizer a totalidade, dos empresários deste País quer tirar uma parte do Estado, cada um quer ter lucro muito maior do que deveria.

Vimos aqui, em Salvador, na construção do metrô que vai cortar a Paralela até Lauro de Freitas, a Odebrecht e a OAS querendo R\$ 1,2 bilhão a mais do que o preço que estava previsto. E uma empresa de São Paulo, tão grande quanto essas duas da Bahia, vai fazer a obra por R\$ 1,2 bilhão.

E o governador Cid Gomes dizia, em sua entrevista, que, hoje, o problema é menos da metade, quais sejam, os projetos e os recursos. Os cinquenta por cento de dificuldades para se realizar obras neste País são a burocracia e são as exigências descabidas. No que toca ao meio ambiente, todos nós, acredito, somos favoráveis.

Daqui desta tribuna, falo agora sobre esses órgãos. O IPHAN proibiu e criou muitas dificuldades para o grupo português IMOCOM. Muitas pessoas poderiam, até, imaginar que eu era lobista daquele grupo, porque tantas vezes, daqui desta tribuna, discurssei sobre o absurdo. O grupo iria construir a bandeira do Hotel Hilton no Comércio, onde há um edifício ao lado do Mercado Modelo, que tem azulejos, que antigamente funcionava o Supermercado Paes Mendonça, junto com três casarões. Hoje, só há as paredes. A qualquer hora, poderá causar um acidente.

O IPHAN criou tantas dificuldades e tantas exigências que o grupo desistiu de fazer a obra. Com a crise internacional, esse grupo veio a ter problemas. Desistiram de Salvador. Quer dizer, uma área tão degradada como o Comércio poderia estar lá com um hotel da bandeira Hilton, uma das mais famosas do mundo. Contudo, por exigências absurdas e estúpidas de alguns burocratas do nosso País, encastelados nesses órgãos, o Meio Ambiente e IPHAN acabaram afugentando como continuam a afugentar os interessados em construir.

Então, a entrevista do governador Cid Gomes foi bem esclarecedora quando dizia que cinquenta por cento dos problemas, hoje, são os recursos e os projetos e os outros cinquenta por cento dos problemas são as dificuldades em se fazer obras neste País em função das exigências descabidas, pois é a burocracia quem reina.

Não é à toa que quase todas as comparações feitas do Brasil com outros países, estamos muito distantes. Esperamos que a presidenta Dilma, que tem tomado algumas medidas, continue para ver se a gente continua a melhorar para ter competitividade com outros países.

Eu ouvi há pouco tempo, deputado Adolfo Viana, que, no porto de Cingapura, libera-se uma mercadoria em 4 horas. Aqui, no Brasil, são 18 dias! Então, é uma coisa escandalosa.

Srs. Deputados, a minha posição será, sempre, a de reconhecer, seja qual for o governo, o que é bem feito e o que não é. Então, nesta tarde, estou reconhecendo as

medidas corretas do prefeito ACM Neto até porque, hoje, ele se dá muito bem com o governador Wagner. Há uma parceria muito boa entre ambos. Inclusive porque ficam aparecendo, nas obras estruturantes, o que Wagner tem feito e está fazendo. Vejam, o metrô era da alçada municipal e o governador o puxou para o estado. A gente sabe das consequências, porque é uma obra de bilhões.

Então, os parlamentares, deputado Paulo Rangel, não têm o que fazer a não ser fazer política por fazer, criticar por criticar, colocar matérias, dar entrevistas em jornais criticando o grande governador Wagner, porque se não fosse da sua competência, se não fosse do seu governo a quantidade de obras... Por exemplo, eu falaria, aqui, por mais uns 20 minutos, sobre uma obra de meio bilhão inaugurada há poucos dias. É a maior obra dos últimos 30 anos: a Via Expressa.

Ora, se o governador Wagner não tivesse prestígio junto à presidenta Dilma e aos seus ministros, se ele não tivesse projeto, tal obra não seria uma realidade assim como são realidades a nova rótula de acesso ao Aeroporto, a ferrovia, esses viadutos, as universidades. Então são centenas e centenas de obras que mudaram e estão mudando a cara deste estado que tanto precisa.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Simões:- Srª Presidente, eu vou usar o tempo da Minoria.

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Pelo tempo de 11 minutos falará o deputado Luciano Simões. Peço à deputada Maria Luiza Laudano para me substituir aqui na presidência.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Srª Presidenta, Srs. Deputados, o Tribunal de Justiça da Bahia, diríamos assim: o novo Tribunal de Justiça da Bahia determina que o governo do Estado prove as ações divulgadas em propaganda do governo. Qualquer criança sabe que as obras que têm sido constantemente divulgadas pelo governo do Estado são obras, quando não são obras de natureza com recursos federais, elas são superfaturadas em sua propaganda, uma propaganda enganosa que já chegou, deputado Paulo Rangel, ao absurdo de o governador gastar quase 1 milhão de reais, através da sua assessoria de propaganda, quando divulgou a entrega de 6 canoas para os índios de Porto Seguro e se gastou com televisão uma fábula de dinheiro, que equivaleria comprar 600 canoas.

Então, é contra esses atos do governo que o PSDB, através do seu diretório, de sua presidência e seus componentes, solicitou ao TJ que se comprove a veracidade desses fatos, e não só a veracidade. Eu entendo, e os Tribunais do Brasil entendem, e o Supremo Tribunal entende também, que a divulgação de obras que não são de autoria do governo caracterizam improbidade administrativa. Está aí a Via Expressa, está aí a ferrovia, estão aí as obras adutoras construídas pelo Ministério da Integração de Guanambi, Irecê, dentre outras, que o governo do Estado assume como se as obras

fossem realizadas por ele, e não são. Cabe ao Ministério Público interpelar o governo do Estado da Bahia para que seja constituída, em nível de representação, a improbidade praticada pelo governo do Estado. É uma mentira que tenta subverter a informação ao povo da Bahia.

Isso é denunciado nesta Casa há cerca de 6 anos, a Oposição vem denunciando à Imprensa baiana, vem denunciando ao povo da Bahia o oportunismo do governador e do governo em tentar inverter a ordem das coisas. Obra com o governo federal, quem tem que fazer a propaganda é a União, é o governo da presidente Dilma e não o governo Wagner. Quer dizer, não tem dinheiro para pagar os empreiteiros que estão aí na Justiça, que estão aí se rebelando com notas públicas, mas têm dinheiro para fazer farra de uma propaganda enganosa, uma propaganda mentirosa que não corresponde à realidade dos fatos. Então, diante dessa caixa de mentiras, dessa mentirada toda é que o TJ da Bahia determinou a apuração.

A deputada Maria Luiza, que é de Pojuca, não deve ter conhecido ainda a Ponte Salvador-Itaparica, porque ela não existe, mas o que o governo já gastou de propaganda para divulgar a Ponte Salvador-Itaparica é um absurdo.

O nosso ex-futuro candidato a governador, Sérgio Gabrielli, gastou a bagatela de 40 milhões apenas para uma consultoria da Ponte Salvador-Itaparica. Isso é uma vergonha para a Bahia. É preciso que o TJ, ao tomar essas apurações, tome também providências no que diz respeito à apuração dos atos de improbidade em divulgações mentirosas como Oceanário, JAC Motors e tantas outras obras que estão por aí no papel o tempo todo.

E os cinco hospitais? E o presídio de Vitória da Conquista, deputado Zé Raimundo? Há 7 anos o governador vai à sua cidade, coloca propaganda, vai para a mídia, vai para a televisão, gastam-se milhões, e não sai do alicerce aquela prisão! Assim como o aeroporto, os hospitais, e o governador gastando dinheiro! Oh, seu Sidônio, que coisa feia! Meu amigo Robinson, que tanto prezo, que coisa feia! E o milhão que se gastou com o Topa? Um milhão de alfabetizados pelo Topa!

Vamos pedir essa relação, deputado Paulo Azi. Que coisa feia! E agora apresenta o candidato Rui Costa. Rui Barbosa continua vivo: “Será que vamos assistir ao triunfar das nulidades?” Meus Deus, para onde esta Bahia vai ser conduzida dessa forma? Aniquilam-se candidaturas de postulantes até com certa projeção em nível nacional, e de uma hora para outra o governador, travestido de ditador, impõe o candidato.

A arte do contrário reina na política da Bahia. Prega-se, deputado Adolfo Menezes, uma coisa, e na prática é outra totalmente diferente. O Tribunal de Justiça do Estado, deputado Elmar, acorda neste instante e pede a apuração das mentiras que a sociedade baiana já conhece. Vamos aguardar que o Ministério Público da Bahia também acorde, cobre e represente contra o governo estadual para que não se gaste o dinheiro público, uma fábula de milhões, em propagandas de obras de autoria, de execução e de licitação do governo federal. Esperamos que o MP, na pessoa do Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça, também corrobore com o TJ e comece a apurar esses fatos negativos para toda a comunidade baiana. Estão aí os Redas e os PST's com 3

meses de atraso, se acorrentando em toda a Bahia para receberem seus parques salários, enquanto milhões e milhões de reais são despejados através da Assessoria de Comunicação Social do Estado.

Governador, abra o olho e reconheça que o Estado da Bahia não pode gastar o dinheiro público dessa forma, com obras mentirosas, fantasiosas. E, quando as obras são verdadeiras, não são de autoria do governo estadual. São de autoria do governo federal e não podem ser propagadas financeiramente pelo governo estadual. Isso é improbidade. Esperamos que o Ministério Público, agora com o alerta do Tribunal de Justiça, também venha a colaborar para que o governo baiano não gaste tanto dinheiro jogando-o fora. Enquanto os pobres passam fome e sede no interior do Estado, milhões e milhões saem por esta válvula, a válvula da propaganda e da publicidade enganosas.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr^a Presidente, inicialmente falará por 6 minutos o deputado Paulo Rangel. Em seguida, por 5, a deputada Luiza Maia.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, amigos da Imprensa, eu ouvia atentamente o discurso do deputado Luciano Simões e quero, inclusive, aqui questioná-lo. Principalmente, em razão do que foi dito, de que o governo do Estado possivelmente não teria realizado as obras na quantidade em que elas têm sido divulgadas. O Tribunal de Justiça realmente resolve inovar e será atendido, com certeza, em suas exigências. Mas este é um governo que não frauda em área alguma, principalmente na que diz respeito à informação à sociedade, ao povo da Bahia.

Na verdade, a Oposição aqui cumpre o seu papel. Mas é inadmissível que não queiram admitir que o Estado da Bahia – principalmente em relação à execução de obras físicas, nesses dois mandatos inconclusos ainda do governador Jaques Wagner – fez bem mais em todas as áreas, principalmente na de infraestrutura, do que os 16 anos seguidos dos governos passados.

Nós subimos à tribuna de forma tranquila, porque sabemos como encontramos as estradas no Estado da Bahia. Realmente recuperamos e construímos mais de 7 mil quilômetros de estradas em toda a Bahia. Encontramos a população baiana e passamos inclusive por uma situação emergencial de carência extrema, produto da falta de infraestrutura na área de recursos hídricos. Enfrentamos como podíamos e deveríamos, quando este governo investiu mais de 4 bilhões de reais em obras na área de recursos hídricos, tanto em abastecimento quanto em saneamento.

Agora vem a Oposição dizer que o governo tem gasto muito com propaganda, que o governo tem feito divulgações falsas com relação à quantidade da execução e

mais que isso, que o governo não pode propagandear obras que foram feitas, produtos de convênios com o governo federal. É óbvio que pode e deve. Até porque o nosso governo...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Darei o aparte a V.Ex^a.

(...) tem demonstrado uma grande capacidade de articulação em relação à atração de recursos para o nosso Estado. Assim como tem mostrado uma competência e celeridade muito grande em relação a obras, principalmente na área de infraestrutura, como na de mobilidade urbana aqui da cidade do Salvador.

Então é óbvio que podemos e devemos divulgar aquilo que é fruto de uma parceria do governo federal com o governo estadual, diga-se de passagem, governo que praticamente hoje repete a aliança nacional em relação a que existe aqui no Estado e comandado também pelo Partido dos Trabalhadores.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Paulo Rangel, V.Ex^a sabe do apreço que tenho por V.Ex^a.

Hoje, coloquei dessa mesma tribuna o que os *blogs* colocaram. É óbvio que eu acho que o governo tem todo o direito de fazer propagandas quantas queira. Quanto as propagandas que o governo fez, nós solicitamos para ver, de fato, se elas tinham acontecido, porque era também um direito da Oposição solicitar ao governo para verificar onde foi feita, como foi feita. Esse é um direito que temos. E foi isso que o PSDB fez e o governo não quis dar as informações. E aí, baseados na Lei da Informação, entramos com uma ação e o Tribunal de Justiça foi e deu. Agora, sim, de fato, vamos poder ter a certeza de que as obras foram feitas da maneira que o governo colocou na propaganda.

Ninguém aqui, em momento algum, disse que o governo estava ou não estava fazendo da forma correta. De fato, causou-nos estranheza no momento em que solicitamos ao governo do Estado os apontamentos e o governo se esquivou. Agora o Tribunal de Justiça nos deu esse direito e poderemos de fato verificar onde foi feito, como foi feito, quando foi feito e quanto custou.

Obrigado pelo aparte.

O Sr. PAULO RANGEL:- E não tenha dúvida que V.Ex^{as} serão atendidos. Agora não sei, inclusive, se terão tempo para estudar tanto material, pois será um material bastante farto, porque ninguém fez tanto pela Bahia em 9 anos de mandato, dois mandatos obviamente, do que o governo do nosso companheiro Jaques Wagner.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem para o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr^a Presidente, quero nesta questão de ordem, primeiro, comunicar um fato muito importante a esta Casa. Nós aqui estamos montando uma

comissão para inscrever a Bahia no livro dos recordes mundiais, o chamado *Guinness*. A Bahia estreou, hoje, 5 assaltos a bancos num dia só. Já mandei minha assessoria fazer uma pesquisa e em nenhum lugar do mundo, em um dia, o mesmo Estado teve assaltadas 5 agências bancárias. Então gostaria que V.Ex^a levasse à Mesa Diretora para pesquisarmos qual é a forma desta Casa indicar a Bahia para o livro dos recordes mundiais, porque a Bahia hoje entra no *Guinness* com 5 assaltos a bancos em apenas um dia. Em nenhum Estado brasileiro, em nenhuma federação mundial, ocorreu tal fato como a Bahia, hoje, acaba de inaugurar. Foram 5 agências, deputado Bruno, assaltadas hoje em nosso Estado. Nunca ocorreu isso no mundo, em nenhum Estado, ou em nenhuma federação.

Então eu quero indicar o Estado da Bahia para fazer parte do *Livro Guinness dos Recordes* e, juntamente, gostaria que V.Ex^a fizesse a verificação nominal do quórum, que fosse zerado o painel, contado os 15 minutos, para que nesta sessão de terça-feira possamos discutir.

A Bahia já foi manchete no *New York Times* como o Estado mais violento do Brasil e vem sendo manchete no mundo pela questão da violência. Hoje, o governo Jaques Wagner carimba com muita competência o nosso Estado incluindo-o no livro dos recordes mundiais como o primeiro Estado a ter 5 agências bancárias assaltadas em apenas um dia.

Quero parabenizar o governo Jaques Wagner por incluir a Bahia no livro os recordes mundiais.

Muito obrigado.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sandro Régis:- Sr^a Presidente, marque os 15 minutos que eu solicitei.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido, deputado.

Questão de ordem do deputado Sidelvan.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr^a Presidente, gostaria, antes de formular a minha questão de ordem, de pedir a V.Ex^a que zere o painel, o deputado Sandro Régis está pedindo insistentemente, e dar os 15 minutos para que os deputados que estão em seus gabinetes, nas dependências da Assembleia, possam comparecer ao Plenário e marcar as suas presenças para que continuemos a discutir sobre o Estado da Bahia, que não é do jeito que os nobres deputados Sandro Régis e Luciano Simões gostariam que fosse.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Solicito ao técnico que zere o painel.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum feito pelos deputados Sandro Régis e Sidelvan Nóbrega. V.Ex^{as} que estão no cafezinho, nos gabinetes, na biblioteca, no salão, adentrem a este Plenário pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr^a. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr^a Presidente, ainda dando prosseguimento à fala que eu recentemente estive fazendo na tribuna, quero dizer que tenho praticamente convicção de que o povo da Bahia, no ano de 2014, vai viver um processo plebiscitário. Vai analisar aquilo que foi realizado nos 9 anos e pouco do governo Jaques Wagner e o que foi realizado no passado pelo grupo que aí esteve governando a Bahia por 16 anos.

Tenho dito e repetido, e já dizia isso no primeiro mandato, que o governador Jaques Wagner vai passar para a história da Bahia como o melhor governador que a Bahia teve em todos os tempos. Governador realizador, governador que não persegue, governador que, além de uma imensa obra do ponto de vista físico e do ponto de vista social, deixa um legado muito grande para o povo da Bahia que foi governar com estabilidade, que foi governar respeitando as contradições ideológicas e políticas existentes em nosso Estado, superando inclusive qualquer tipo de divergência com muita parcimônia.

A obra do governador Jaques Wagner será vista como praticamente completa. E com certeza vamos estar aqui elegendo o próximo governador da Bahia que dará continuidade a esse trabalho, que será o nosso companheiro Rui Costa.

Ainda, Sr^a Presidente, no tempo que me resta, nos 5 minutos, quero aqui chamar a atenção do Líder Rosemberg Pinto e de outros líderes inclusive do Líder do governo, que a chegada do final do ano muitas vezes, deputado Rosemberg, o presidente da Casa junto com o Líder do governo escolhem alguns projetos de deputados e esses projetos são votados aqui neste Plenário. Geralmente as escolhas recaem sobre projetos votados na Comissão de Constituição e Justiça.

Entendo que isso de certa forma termina demonstrando um desrespeito ao trabalho efetuado pelas comissões temáticas desta Casa. Temos aqui uma realidade, uma cultura em que os projetos do Executivo praticamente não são discutidos especificamente nas comissões. É inadmissível que as comissões desta Casa tenham uma produção que têm tido e os projetos não sejam escolhidos para serem votados aqui neste Plenário, após inclusive a avaliação de mérito.

Portanto, quero fazer essa solicitação ao Líder de que os projetos que forem apresentados, sejam projetos que tenham passado pelas comissões temáticas desta Casa. E quero aqui aproveitar para solicitar a presença dos deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Paulo Rangel, concordo com V.Ex^a no sentido de tratarmos com prioridade os projetos que tenham passado nas comissões. Não podemos deixar de entender que é uma reivindicação significativa para garantir que os projetos tramitados e debatidos nas comissões temáticas sejam prioritários na relação para votação no final do ano.

Deputado Paulo Rangel, fico, às vezes, preocupado com os Títulos de Cidadão que aprovamos aqui nas sessões de fim de ano. Com todo o respeito aos nomes apresentados, mas precisamos criar um critério, deputada Maria Luiza Laudano, com relação aos Títulos de Cidadão, ou então vira festa, com a banalização desse Título. Muitas vezes, na minha opinião, ele não atende aquilo que está previsto, que é destacar algumas figuras que tiveram e têm importância para o nosso Estado. Por conta disso, concedemos um Título de Cidadão ou uma medalha a pessoas que honram a todos os baianos.

Acho que precisamos priorizar os projetos das comissões temáticas. E também considero necessário que criemos um critério, *a priori*, para evitar que aprovemos um número de Títulos de Cidadão sem a maioria da Casa conhecer quem é o cidadão. Se nós, deputados, não conhecemos, imagine a sociedade baiana.

É nesse sentido que concordo com o deputado Paulo Rangel. Espero a verificação de quórum. Parece-me, deputada, que há interesse das partes em convocar uma nova sessão, que já está prevista. Peço a verificação de quórum, e que aguardemos o tempo regimental para que se inicie a sessão extraordinária que está convocada.

(Verificação de quórum.)

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis. O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, solicitei a verificação de quórum para a continuidade da sessão, mas já vi que o governo não tem deputado. Então mais uma vez a Oposição faz um gesto para que esta Casa trabalhe. Acabo de retirar a minha questão de ordem para que a sessão continue normalmente.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só uma pergunta. Deputado, se V.Ex^a solicitou sozinho...

O Sr. Sandro Régis:- Solicitei sozinho.

O Sr. Paulo Rangel:- Não, outro deputado também formulou a questão de ordem. O deputado Sidelvan formulou e a questão de ordem continuou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, não posso.

O Sr. Sandro Régis:- Cadê o deputado Sidelvan?

O Sr. Paulo Rangel:- Deu presença no painel.

O Sr. Sandro Régis:- Cadê o deputado Sidelvan que não está na Casa?

O Sr. Paulo Rangel:- Deu presença no painel.

O Sr. Sandro Régis:- O deputado Sidelvan não está na Casa, Sr. Presidente?

O Sr. Paulo Rangel:- Deu presença no painel, deputado.

O Sr. Sandro Régis:- Chegou ali agora.

O Sr. Paulo Rangel:- O deputado Sidelvan está aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se o deputado Sidelvan não estiver presente, eu suspendo.

O Sr. Paulo Rangel:- Está aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele está presente.

Quando V.Ex^a formula a questão de ordem e outro ratifica, passa a ser os dois. Deputado Sandro Régis, eu iria suspender a questão de ordem, mas ele está presente. Peço vênia a V.Ex^a. (Pausa)

Há quórum para a continuidade da sessão.

Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao do DEM para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Há orador. Por todo o tempo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Carlos Geilson, só um segundo. Acho que me equivoquei. Peço desculpas a V.Ex^a pois eu não estava presente.

A deputada Maria Luiza Laudano informa que eram 5 minutos para a deputada Neusa Cadore. Peço desculpas a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a nobre deputada Neusa Cadore pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a NEUSA CADORE:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Imprensa, servidores da Casa, (lê) “tive a alegria de participar ontem, aqui em Salvador, do II Seminário Estadual de Integração e Articulação do Programa de Aquisições de Alimentos: 10 anos de PAA na Bahia. Promovido pela Unicafe, com apoio do Governo do Estado, por meio da Car e da Suaf.

Mais do que fazer um balanço do PAA nesses 10 anos e, ao mesmo tempo, construir estratégias para consolidar essa política, quero destacar que acertamos mais do que construímos coletivamente, deputado Rosemberg. O PAA é mais uma demonstração disso. Desde a década de 1980 e 1990, quando questionávamos o modelo de agricultura e concepção de segurança alimentar que deve ultrapassar o acesso ao alimento, conseguimos com a participação dos movimentos sociais e da sociedade civil não apenas formular, mas inaugurar um novo caminho para o desenvolvimento da agricultura familiar na Bahia e no Brasil.

Todo acúmulo de debates encontrou portas abertas no governo Lula e continua com a presidenta Dilma. A criação do PAA, como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, representou um marco na política agrícola brasileira. A presença do Estado, pela primeira vez, na comercialização da pequena produção familiar, assegurando aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos e possibilita, sem dúvida, segurança, pois, os trabalhadores e trabalhadoras têm preços mais justos e são incentivados a produzir cada vez mais com qualidade.

Senhor Presidente, demais colegas, conhecemos a realidade antes e depois dessas políticas e, embora a gente tenha que superar tantos outros gargalos nesse campo, sou testemunha que o PAA articulado com outras ações como o programa de energia e água, têm, verdadeiramente, melhorado o padrão de vida dos agricultores e agricultoras, promovendo o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas, particularmente no semiárido. Além da aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar, por preço compensador, combatemos também a fome porque os produtos são destinados à formação de estoques de segurança e canalizados para populações em situação de risco alimentar. São também distribuídos para programas

sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Portanto, é fundamental continuarmos aperfeiçoando o PAA para fortalecermos ainda mais a agricultura familiar e melhorar os níveis de segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de extrema pobreza. Com o lançamento do Brasil Sem Miséria em 2011, temos a missão de erradicar a pobreza extrema do nosso país, e mais uma vez a participação das organizações sociais são imprescindíveis para conquistarmos tantas vitórias ainda sonhadas.”

Quero parabenizar Dr. Sílvio Porto e a nossa querida Rose Pondé. Em nível federal, aqui na Bahia e em Sergipe, a nossa companheira Rose tem sido a grande parceira na implantação, no fortalecimento desse programa.

Saúdo os participantes desse segundo seminário, vindos dos quatro cantos da Bahia, vindos de cooperativas, de associações e de movimentos de mulheres que, neste momento, na Fenagro, no auditório da EBDA discutem os gargalos, os avanços e que, com certeza, saberão propor iniciativas e intervenções importantes para esse programa que tem contribuído enormemente para fortalecer e viabilizar, de forma sustentável, a agricultura familiar no Estado da Bahia e no Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do DEM para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos. O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, por todo o tempo falará o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o grande deputado Carlos Geilson, liderança maior de Feira de Santana e da Região Metropolitana de Salvador. V.Ex^a terá até 11 minutos, mas, caso necessite, concederei uma prorrogação.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Muito obrigado, presidente. Tão generoso assim, eu já começo a fazer campanha para que V.Ex^a seja o dono da cadeira.

Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, amigos que nos assistem pela *TV Assembleia* e nas Galerias Paulo Jackson. Eu li na imprensa, esta semana, que o secretário da Saúde do Estado da Bahia, Jorge Solla, esteve em Feira de Santana, onde foi ciceroneado pelo seu Líder, o deputado Zé Neto, e eles falaram da questão da obstetrícia em Feira de Santana.

Essa campanha, deputado, para que Feira ganhe uma maternidade pública estadual, nós começamos no final do ano passado. Nós apresentamos dados que demonstraram que, nos últimos anos, não aumentou o número de leitos, mas aumentou o número de cidades pactuadas, ou seja, aumentou a demanda. O Hospital da Mulher superlotou, exauriu a sua capacidade de atender Feira e região.

Existe um velho ditado, deputado Zé Neto, que diz: antes tarde do que nunca.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- V.Ex^a está inscrito. Se acalme, se acautele.

Agora, eu vejo que isso despertou a nossa luta, a nossa campanha “Feira

precisa de uma maternidade pública estadual.” Demorou, é verdade, para o deputado se convencer dessa necessidade. Ele, que esteve em Feira de Santana, no final de semana, com o secretário da Saúde, o Dr. Jorge Solla, creio que não estava fazendo espuma, coisa muito peculiar de V.Ex^a, agora descobriu a necessidade dessa maternidade pública estadual.

Senhores, senhoras, vocês que nos assistem através da *TV Assembleia*, quantas e quantas mulheres padecem em Feira de Santana a procura de um leito? É uma verdadeira peregrinação.

Lá em Feira, para vocês terem uma ideia, meninas da taquigrafia – gostou do termo meninas? –, muitas mulheres pariram em carros de reportagens. As mulheres fazem apelos nos programas de rádio da dificuldade de parir, aí o repórter socorre. Trabalhei numa rádio em Feira de Santana, e várias crianças nasceram no carro de reportagem. Várias crianças nasceram dentro do carro de reportagem! Na rádio há um repórter chamado Jorge Teles, que Zé Neto conhece, que foi parteiro em inúmeras ocasiões, ajudando a segurar a criança, por falta de leito em Feira de Santana, segunda cidade da Bahia, deputado. Feira tem mais de 600.000 habitantes, e conta apenas com o Hospital da Mulher e cerca de 150 leitos do SUS. É muito pouco! É pouco para Feira de Santana e cerca de 30 cidades, deputado Zé Neto. Então, agora que V.Ex^a despertou da sua letargia para esse problema, que nós venhamos a dar as mãos para solucionar o problema. Não há solução melhor do que o estado dar sua contrapartida com uma maternidade pública estadual.

Tenho os números aqui e eles são números que, verdadeiramente, nos preocupam. No finalzinho de 2012 e início de 2013, lançamos a campanha “Uma grande maternidade pública para Feira de Santana” por entender que nascer com dignidade é um direito básico de qualquer ser humano.

Queridos deputados, queridas deputadas, é inadmissível e de uma cruel desumanidade a banalização de uma situação como esta na região de Feira: mulheres grávidas são submetidas a humilhações no momento mais sublime: o momento de parir.

Mais de um milhão de pessoas têm suas vidas dependendo de Feira de Santana, porque Feira é a cidade mãe. São 28 municípios pactuados com Feira de Santana para atendimento pelo SUS, repito, 28 municípios. O SUS só dispõe, em Feira de Santana, de 154 leitos de obstetrícia e 12 leitos de UTI para partos de alto risco. Repito: Feira só tem 154 leitos de obstetrícia e 12 leitos de UTI para partos de alto risco. O Hospital da Mulher faz a sua parte, mas não é o suficiente para a região de Feira de Santana porque precisa de muito mais no setor obstetrício.

É isso que nós estamos a apelar para o Líder do Governo, o deputado Zé Neto. Ele esteve, na última quarta-feira, dia 27, em Feira de Santana e visitou o Hospital Dom Pedro de Alcântara para discutir o problema que vem se arrastando há muito tempo.

E, aí, eu fico a me perguntar: com relação à falta de leitos hospitalares, quantas vezes isso foi questionado ao secretário? Quantas vezes ele esteve em Feira de Santana e recebeu esta demanda? E só agora, meu caro Carlos Machado, o secretário

Jorge Solla descobre este problema!

O deputado Zé Neto vive em Feira de Santana e conhece esta realidade.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Eu acredito que V.Ex^a foi incapaz de levar esta situação para o secretário. V.Ex^a é os olhos e os ouvidos do governo em Feira de Santana.

Inclusive, quero aproveitar e prestar a minha solidariedade ao senador Walter Pinheiro, pois foi abandonado pelo deputado Zé Neto quando ele mais precisava do seu apoio. Ele foi defenestrado por Zé Neto.

Deputado, a ingratidão é feia para um homem público! V.Ex^a é do ninho e cria do senador Walter Pinheiro que, muitas vezes, o carregou no colo em campanhas pela Bahia! E quando o senador coloca o seu nome à apreciação e quando buscava ser ungido pelo governador Jaques Wagner, V.Ex^a o abandonou em uma plenária para seguir em viagem pelo interior da Bahia com o governador Jaques Wagner e com o candidato a governador, o deputado federal Rui Costa.

Mas volto à questão da obstetrícia. Deputada Maria Luiza Laudano, sei que, em Pojuca, V.Ex^a fez uma grande obra: a maternidade pública. Aconselhe o deputado Zé Neto a seguir o seu exemplo de Pojuca, minha cara deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Deputado Carlos Geilson, agradeço o aparte e digo que coloco o Hospital de Pojuca - temos leitos suficientes - à disposição de V.Ex^a e também do deputado Zé Neto. Se ainda precisarem de leito para Obstetrícia, coloco-o igualmente às ordens, porque nós estamos aqui solidários para unir forças e amparar, atendendo os casos das parturientes daquele município e daquela região, que ainda não têm condição de atendê-las totalmente. Quero dizer que o hospital tem lá o médico de plantão, o anestesista. E o senhor sabe, porque alguns casos que me mandou antes de tornar-se deputado já atendi lá em Pojuca. E com muita honra.

Portanto, estou às ordens de V.Ex^a. Muito obrigada, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- A cidade da deputada Maria Luiza Laudano, Pojuca, com certeza também já deve ter atendido muita gente de Feira de Santana, Salvador e da Região.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a não podia ter passado a palavra para ela.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Mas V.Ex^a não estava na cadeira. Estava nos corredores, não estava prestando atenção.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a acaba de cometer um equívoco profundo. Vou avisar ao presidente que V.Ex^a acaba de cometer uma infração ao Regimento Interno da Casa.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Eu não vi V.Ex^a pedir questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- Pedi, e V.Ex^a me inscreveu.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Concedo questão de ordem a V.Ex^a pelo tempo restante.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a cobre do seu prefeito, que fechou a maternidade do Dom Pedro, fechou a maternidade da Casa de Saúde Santana e está fechando a Mater Dey. Por isso, eu tenho que colocar uma maternidade estadual lá. Cobre dele recursos para

ajudar as maternidades que estão sendo fechadas. V.Exª tem que usar um pouco dessa energia para que o bom senso prevaleça.

O Sr. CARLOS GEILSON:- O problema da Obstetrícia em Feira de Santana passa, sim, por falta de investimento do governo do Estado. Temos apenas o Hospital da Mulher, que abarca a cidade e região. São 154 leitos atendendo pelo SUS, 12 leitos de UTI para partos de alto risco. Isso é muito pouco. O governo estadual agora é que descobre o problema, e vai o deputado Zé Neto com o secretário Jorge Solla fazer espuma em Feira de Santana.

Portanto, continuamos defendendo que o Estado faça investimentos reais, concretos e construa lá no município. Faça a sua parte, dê a contrapartida para a construção de uma maternidade pública estadual em Feira.

O Sr. Presidente cumpriu com a palavra de que, se o tempo se exaurisse, me concederia mais um tempinho. E cumpriu para desespero do deputado Paulo Rangel. V.Exª está de parabéns!

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Exª tem crédito com esta Mesa Diretora dos trabalhos.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador, Sr. Presidente.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Ordem do Dia.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, solicito a V.Exª uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, gostaria que V.Exª zerasse o painel e marcasse os 15 minutos regulamentares para – caso não haja quórum, o que, acredito, não é o caso – que possamos recompor o quórum. E quero fazer um apelo a todos os deputados que se encontram no cafezinho, nos gabinetes a que se façam presentes ao Plenário, já que vamos entrar, agora, na Ordem do Dia.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Exª também será atendido.

Há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Convido todos os deputados a comparecerem ao Plenário.

Peço que zerem o painel e marquem o tempo de 15 minutos...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Ex^a será atendido.

Há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados João Carlos Bacelar e Paulo Rangel. Convido todos os deputados a comparecerem ao Plenário para que tenhamos a continuidade da presente sessão.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu pedi a questão de ordem a fim de reiterar o apelo para que os deputados que se encontram no cafezinho e mesmo os que se encontram Plenário registrem suas presenças para que possamos dar continuidade à presente sessão, já que estamos adentrando a Ordem do Dia.

Peço aos deputados que se encontram em todos os recintos da Assembleia que se façam presentes para que possamos recompor o quórum e debater o primeiro projeto que, possivelmente, será votado nesta Casa. Neste momento, temos a presença de oito Srs. Deputados. Peço aos que se encontram aqui neste momento que registrem suas presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Deputado Paulo Rangel, expirado o tempo regimental, são 18 horas, não há número suficiente, dou como encerrada a presente sessão e convoco outra, extraordinária, a ser iniciada imediatamente, apesar de o deputado João Carlos Bacelar, como formulador da questão de ordem, não ter dado presença.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*